

AVISO
EDITAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE (TCE/SE) UASG (453737)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº	90001/2026
PROTOCOLO TC Nº	001953/2026
DATA DA ABERTURA	14/07/2026 ÀS 08 HORAS (art. 55, 1, “a”, Lei nº 14.133/2021)
LOCAL	https://www.comprasnet.gov.br - UASG (453737)
OBJETO:	Registro de preços para eventual confecção de materiais gráficos personalizados, de forma parcelada, visando atender à demanda do Cerimonial, Escontas e Coordenadoria de Serviços Gerais, todas as unidades integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, conforme modelos (prospectos).
FUNDAMENTAÇÃO:	Pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016; Lei Estadual nº 8.747/2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024 , Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto Federal nº 8.538/2015 e Ato da Presidência nº 23, de 18 de março de 2024, devidamente atualizados e demais normas correlatas que tratam da matéria.
TIPO DE LICITAÇÃO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PORÇO POR GRUPO DE ITENS
VALO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA LICITAÇÃO:	R\$ 356.904,27
LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEs E EPPs, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais –MEIs, e sociedades cooperativas, sediadas no Estado de Sergipe, nos termos do art. 2º, da Lei Estadual nº 8.747, de 09 de setembro de 2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024.	GRUPOS: De 1 a 9
COTA RESERVA	NÃO
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
VISTORIA	NÃO
MARGEM DE PREFERÊNCIA	NÃO
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL	Sítios: - https://www.gov.br/compras/pt-br (Portal Compras.gov.br), - https://www.tce.se.gov.br/transparencia/SitePages/licitacoes ; - e-mail: cpl@tce.se.gov.br , - CPL fones: (79) 3216-4350, 3216-4420 e 3216-4368.
PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS SOLICITADOS	Até 2 horas após a convocação (art. 29, §2º da IN 73/2022), admitida prorrogação.
MODE DE DISPUTA	ABERTO COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 0,05 (art. 57, da Lei nº 14.133/2021).

Sumário:

- AVISO – EDITAL - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE (TCE/SE) UASG (453737)

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
13. DOS RECURSOS
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
17. DO FORO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE (TCE/SE) UASG (453737)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Protocolo TC n.º 001953/2026

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE TCE/SE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03**, sediado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº –Bairro: Capucho, CEP: 49081-020 - Aracaju – Sergipe, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TCE/SE, denominado Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, designado pela Portaria nº 317/2024, republicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE, Edição nº 3.385, de 13/05/2026, consoante os autos do Protocolo TC nº 001953/2026.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preço para eventual confecção de materiais gráficos personalizados, de forma parcelada, visando atender à demanda do Cerimonial, Escontas e Coordenadoria de Serviços Gerais, todas as unidades integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, conforme modelos (prospectos)**, especificações mínimas, quantidades e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação foi dividida em GRUPO(S) DE (1 a 9) DE ITENS, conforme tabela constante do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.2.1. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupo forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Para os fins do disposto no §1º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será aquele previsto no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

1.5. O valor previamente estimado da contratação é de **R\$ 356.904,27 (Trezentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quatro reais e vinte e sete centavos)**, conforme item 1.2, do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da Minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015 e da Lei Estadual nº 8.747/2022, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

3.6. Todos o(s) grupo(s) será(ão) destinado(s) à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas no Estado de Sergipe, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 8.747/2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024.

3.6.1. empresas não sediadas no Estado de Sergipe, nos termos da Lei Estadual nº 8.747/2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024.

3.6.1.1. se, entretanto, vierem a participar empresas não sediadas no Estado de Sergipe, elas não serão, de pronto, excluía do certame. Em nome dos princípios da economicidade e da eficiência, na ausência de propostas de empresas sergipanas, ou em caso de desclassificação e/ou inabilitação destas, de forma subsidiária, serão avaliadas as propostas daquelas não sediadas em Sergipe e julgados seus documentos, conforme a ordem de classificação.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. quele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.7.9. que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.7.9.1. na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste Certame, conforme o disposto no subitem 8.2.4.1 do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme subitem 3.3, do Termo de Referência - Anexo I, desta Minuta.

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. Caso constatada, ainda que só posteriormente, qualquer situação irregular relativa à PARTICIPAÇÃO na época da licitação, a empresa licitante será desclassificada.

3.16. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante, também, às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.17. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.7.2. Nos itens/grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Estadual nº 8.747/2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica.

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica.

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8.A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total de cada item, respeitado o valor máximo estimado para esta contratação, e, ainda, observadas as quantidades e especificações constantes do subitem 1.2, do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

6.1.2. Marca.

6.1.3. Fabricante, se houver.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativos inferior ao máximo previsto para contratação, conforme disposição do subitem 1.10.1, do Termo de referência – Anexo I, deste Edital.

6.2.2. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário dos itens de CADA GRUPO.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,05 (zero vírgula zero cinco centavos de reais)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2. empresas brasileiras;

7.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos contido na do item 1.2, do Termo de Referência – Anexo I desta Minuta de Edital, como critério de aceitabilidade.

7.21.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de grupo ou qualquer outro motivo.

7.21.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.23. A proposta final do arrematante deverá conter:

7.23.1. Descrição completa dos produtos ofertados pelo licitante que deverá atender, no mínimo, todas as exigências constantes do Anexo I deste Edital.

7.23.2. Os valores unitários e total, com todos os tributos, despesas ou custos diretos ou indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto, inclusive com a sua unidade de aquisição (marca/modelo, fabricante, unidade, pacote, caixa e etc.).

7.23.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, com apenas duas casas decimais, considerando as quantidades constantes do objeto. Excepcionalmente, será admitido valor unitário com mais de duas casas decimais, se o valor de referência assim estiver.

7.23.4. Se houver divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

7.23.5. Assinatura por parte do proponente, com a indicação do CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, Conta bancária (banco, agência e número da conta corrente), endereço completo, endereço eletrônico, telefone para contato, nome do representante legal (com poderes específicos para assinar a proposta) e demais dados julgados necessários.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no

art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF.

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>). e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput):

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício conferidos pela Lei Estadual nº 8.747/2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024, bem como Lei Complementar nº 123/2006, com alterações posteriores e dispositivos deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis.

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (TCE/SE).

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta. e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos **no subitem 9.2 e seguintes do Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão **ser anexados em campo próprio do sistema Compras.gov durante a sessão pública, quando solicitados pelo Pregoeiro/Agente de Contratação**.

9.4.1. Na impossibilidade de apresentação da documentação nos termos do item anterior, será facultado o envio da referida documentação, para o e-mail, cpl@tce.se.gov.br, desde que devidamente justificado, em sistema, pelo licitante.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação e exauridos os eventuais recursos administrativos interpostos, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, **o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo. e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração (TCE/SE).

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do Grupo(s) com seus respectivos item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração (TCE/SE) a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração do TCE/SE convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

11.8.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação. e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital. ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário. ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>) e Portal do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (<https://www.tce.se.gov.br/transparencia/SitePages/Inicial.aspx>).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o Certame.

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva. ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 14.1.6. fraudar a licitação.
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência.
 - 14.2.2. multa.
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguintes meios: cpl@tce.se.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>) e Portal da Transparência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (<https://www.tce.se.gov.br/transparencia/SitePages/Inicial.aspx>).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

16.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

16.11.3. ANEXO III – Modelo de Apresentação da Proposta.

16.11.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Menor (Relativo a Dispositivo Constitucional).

16.11.5. ANEXO V – Modelo de Declaração – Cumprimento das exigências de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social.

16.11.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação.

16.11.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo.

16.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de não vínculo Com Administração Pública, conforme art. 96, inciso IV, do Decreto Estadual nº 342/2023.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju para dirimir as questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, com expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

Aracaju/SE, 22 de junho de 2026

MARIA ANGÉLICA GUIMARÃES MARINHO
Conselheira Presidente

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
PROTOCOLO TC N.º: 001953/2026

CERIMONIAL, ESCONTAS E COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA




1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “a” da Lei 14.133/2021)

1.1. Registro de preço para eventual confecção de materiais gráficos personalizados, de forma parcelada, visando atender à demanda do Cerimonial, Escontas e Coordenadoria de Serviços Gerais, todas as unidades integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, conforme modelos (prospectos), especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes neste Termo de Referência, descritos na forma abaixo:




1.2. Das Especificações mínimas e quantitativos abaixo, por grupos de 1 a 9:




1.2.1. GRUPO 1 – Confecção de Certificados, Cartões, Envelopes, Convites e Folder - Itens de 1 a 14:

GRUPO 1							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.	439238	464308-9	Certificados , com impressão frente e verso, Tamanho A4, em papel opaline, gramatura de 180g, 4x4 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal: 	UND	1.200	1,67	2.004,00
2.	421390	468445-1	Certificados , com impressão frente e verso, tamanho A4, em papel reciclado, gramatura de 250g, 4x4 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:	UND	100	8,00	800,00

							
3.	293189	464414-0	<p>Cartão Nominata, em papel linho, gramatura 180g, medindo 15x10 cm, com logomarca do TCE/SE em alto relevo seco, conforme modelo de referência abaixo:</p> 	UND	2.000	0,67	1.340,00
4.	483836	464415-8	<p>Cartão de Visita, em papel du design 120g, medindo 10x5cm, 4x4 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	1.000	0,64	640,00
5.	396182	464792-0	<p>Cartão com Envelope, com cartão em papel couchê fosco 120g, medindo 10,5x10cm, 4x0 cores, envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	500	2,71	1.355,00

							
6.	352213	464796-3	<p>Cartões, em papel couchê, com 120g, impressão 4x0 cores, medindo 10x8cm, para datas comemorativas, conforme modelo de referência abaixo e arte a ser designada pelo Tribunal:</p> 	UND	2.000	0,46	920,00
7.	463527	367007-4	<p>Envelope saco personalizado, em papel offset 90g, na cor branco, com logomarca da ESCONTAS e do TCE/SE, medindo 26cm de altura x 36cm de comprimento, conforme modelo abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	1.800	1,36	2.448,00
8.	613260	386310-7	<p>Envelope saco ouro pequeno, com formato 20x28cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m², com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência abaixo:</p>	UND	940	1,33	1.250,20

			 <p>SIMULAÇÃO ENVELOPES</p>				
9.	467345	401857-5	<p>Envelope saco ouro médio, com formato 26x36cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m², com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência abaixo:</p>  <p>SIMULAÇÃO ENVELOPES</p>	UND	120	5,44	652,80
10.	467167	386312-3	<p>Envelope saco ouro grande, com formato 31x41cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m², com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência abaixo:</p>  <p>SIMULAÇÃO ENVELOPES</p>	UND	360	6,39	2.300,40
11.	445564	464797-1	<p>Convite, em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x0 cores, medindo 15x21cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	2.000	1,33	2.660,00


							
12.	447035	464901-0	<p>Convite, em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4cores, medindo 11,3x8cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	200	4,87	974,00
13.	293189	468505-9	<p>Convite, impresso em papel reciclado, com gramatura 250g, medindo 15x21cm, 04 cores, somente na frente, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	150	4,53	679,50
14.	485751	464429-8	<p>Folder, em papel couchê fosco 120g, medindo 21x29,7cm, 4x4 cores, 2 dobras e laminação fosca, conforme modelo abaixo, arte do Tribunal:</p>	UND	1.000	0,89	890,00

1.2.3. GRUPO 3 – Confeção de Pastas personalizadas – Itens 17 a 19:


GRUPO 3							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
17.	623869	464309-7	<p>Pasta para certificado, em papel cartão/kraft branco, tamanho 30x21 cm, 4x0 cores, com bolso, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	1.600	2,20	3.520,00
18.	324275	464310-0	<p>Pasta para congresso personalizada, tipo nylon, na cor azul, com zíper e alça, com logo da ESCONTAS, na cor branca, tamanho: 27 cm de altura x 36,8cm de comprimento, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	2.500	13,00	32.500,00
19.	448796	464311-9	<p>Pasta com bolso, personalizada, em papel couchê c2s 250g, na cor azul, tamanho: 33cm de altura x 24 cm de comprimento, tamanho do bolso: 10cm de altura x 21cm de comprimento, com logomarca da ESCONTAS, na cor branca, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal.</p>	UND	3.000	2,15	6.450,00

							
VALOR TOTAL DO GRUPO 3							42.470,00


1.2.4. GRUPO 4 – Confecção de Placas de PVC e de Homenagens – Itens 20 a 24:



GRUPO 4							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
20.	276461	464423-9	<p>Placa de PVC, em polícromia, formato aproximados de 0,50 x 0,50 m e/ou 0,50m de diâmetro, espessura 1mm, 4x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	50	64,50	3.225,00
21.	619737	464424-7	<p>Placa de homenagem, tamanho A4, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	30	107,50	3.225,00

							
22.	618630	290495-0	<p>Placa de homenagem, tamanho 15x21cm, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	50	66,20	3.310,00
23.	364310	468733-7	<p>Placa tipo TAGS em PVC, para porta de hotel, medindo 9x16cm, com 1mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	50	11,20	560,00

24.	276462	464426-3	<p>Placa Púlpito em PVC, com impressão digital, medindo 60x85cm, com 3mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal.</p> 	UND	10	140,47	1.404,70
VALOR TOTAL DO GRUPO 4							11.724,70

1.2.5. GRUPO 5 – Confecção de Crachás – Itens 25 a 27:

GRUPO 5							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
25.	624108	464585-5	<p>Crachá em PVC, medindo aproximadamente 16,00 x 12,00 cm, com 1mm de espessura, em policromia, 4x0 cores, com tirantes medindo aproximadamente 15mm de largura, em cores diversas e impressão em policromia, com sistema de fixação por mosquetão metálico prateado de boa qualidade, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	2.000	11,00	22.000,00
26.	444108	464586-3	<p>Crachá, em papel offset 240g, tamanho 10x12cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência abaixo e</p>	UND	2.000	2,12	4.240,00

			arte do Tribunal:				
							
27.	617806	468734-5	<p>Crachá, em papel reciclado, 240g, tamanho 14x9,5cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	1.000	2,52	2.520,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 5							28.760,00

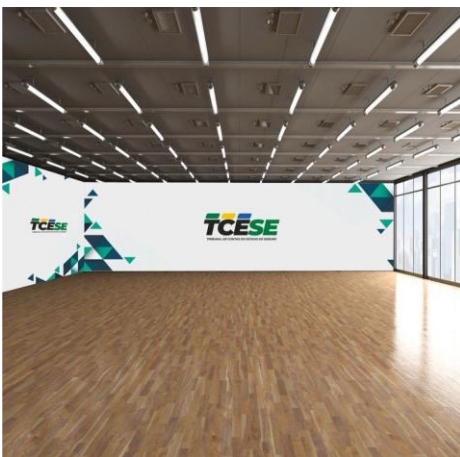
1.2.6. GRUPO 06 – Confecção de Banners e Paineis de Lona – Itens 28 a 30:

GRUPO 6							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
28.	471854	251992-5	<p>Banner personalizado, em lona vinílica, com impressão fotográfica, medindo 1,20m x 0,90cm (altura x largura), 4 cores, policromia, quantidade média de 20 palavras. Acabamento com perfil(is) de madeira e cordão (ões) de nylon, frente única, 100% polipropileno, conforme modelo abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	30	94,01	2.820,30



							
29.	452346	191482-0	<p>Banner personalizado, com impressão digital em policromia, 4x0 cores, em lona 440g brilhante, medindo 90x120cm, acabamento em madeira e cordão, titulados TCE VAI À ESCOLA e TCE CIDADÃO, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	05	126,24	631,20
30.	477590	468737-0	<p>Painel de madeira com lona tensionada, instalado, tamanho, 4,45mx2,85m, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	10	412,50	4.125,00

VALOR TOTAL DO GRUPO 6	7.576,50
-------------------------------	-----------------

1.2.7. GRUPO 7 – Confecção de Adesivos – Itens 31 a 37:

GRUPO 7							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
31.	486652	464325-9	<p>Adesivo de chão instalado, personalizado, em vinil fosco, tamanho 4,45x3,05m, 4x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	20	2.250,00	45.000,00
32.	486653	464326-7	<p>Adesivo de parede instalado, com impressão digital de aproximadamente 150m² para comunicação visual de eventos, personalizado, em vinil fosco, 4x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	10	156,30	1.563,00
33.	472085	464327-5	<p>Adesivo “RESERVADO”, impresso no sistema digital, em material adesivo de alta resolução, medindo 40x20cm, 2x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	1.000	6,79	6.790,00

							
34.	472084	468509-1	<p>Adesivos, com a marca do TCE RESERVADO, medindo 20 x 6cm, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	100	3,68	368,00
35.	448574	464679-7	<p>Adesivo redondo personalizado, do TCE cidadão, em vinil PVC, formato redondo com 5cm de diâmetro, na cor branco e azul, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, 2x0 e 4x0 cores, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	1.000	0,47	470,00
36.	467640	468739-6	<p>Adesivo, em vinílico, tamanho 8x5cm, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	2.000	0,95	1.900,00

							
37.	607685	467798-6	<p>Adesivo para veículos, em vinil, colagem interna, medindo 8,2 cm x 6,7cm, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	2.000	0,80	1.600,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 7							57.691,00

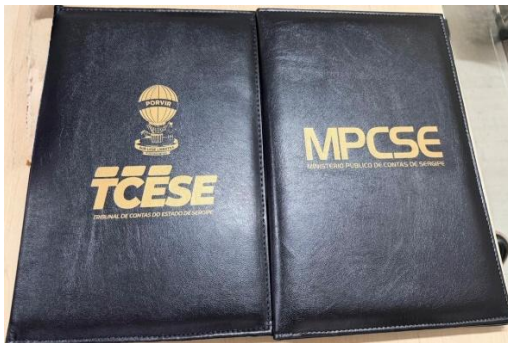
1.2.8. GRUPO 8 – Confecção de Blocos de Anotações e Rascunho – Itens 38 a 41:

GRUPO 8							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
38.	438852	464684-3	<p>Bloco de anotações, personalizado da ESCONTAS, com capa azul escuro, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em papel acartonado 90g, acabamento espiral de plástico, miolo com 30 folhas em papel offset 75g, com marca d'água, tamanho: 27cm altura x 15,5cm comprimento, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	1.000	8,89	8.890,00

							
39.	622289	464686-0	<p>Bloco de anotações com autoadesivos e caneta personalizada do TCE vai à Escola, com Bloco de anotações em papel kraft, gramatura 75g, com wire-o, Bloco de folhas brancas pautadas com 70 folhas de 75g, 05 Blocos coloridos autoadesivos com 25 folhas, Bloco amarelo autoadesivo com 25 folhas, tamanho 15cm de altura (verso) 13,7cm de altura (frente) x 9cm de largura, Mini caneta de papelão com acabamentos plásticos e acionamento por clique, suporte de nylon para caneta, tinta da caneta: azul, tamanho caneta: 9cm. Tamanho suporte de nylon: 1cm, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p>	UND	1.500	35,00	52.500,00
							

1.2.9. GRUPO 9 – Confecção de Elástico, Ecobag e Pasta em Couro – Itens 42 a 44:

GRUPO 9							
ITEM	CATMAT	I-GESP	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDA	QTDE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
42.	283820	467795-1	<p>Elástico para processo, tipo cinta, confeccionado em elástico branco, medindo 22cm de comprimento (fechado) x 3cm de altura, costura dupla emenda, com impressão do termo TCE/SE na cor preta, letra medindo 1cm de altura, embaladas em pacote com 50 unidades, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	PCT	11	189,50	2.084,50
43.	629172	464563-4	<p>Ecobags - sacola ecológica, personalizada com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em policromia. Bolsa em tecido de algodão cru, na cor de algodão cru, medindo 42x43cm, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	1.200	28,98	34.776,00

44.	477894	396759-0	<p>Pastas em couro sintético, na cor preta, medindo 53x35cm formato aberto e 26,5x35cm fechado, com impressão da logomarca do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe ou do Ministério Público de Contas de Sergipe na capa, 1x0 cor, com duas pequenas orelhas, medindo 11,5x10cm, forrada em poliéster ou similar e porta caneta central, conforme modelo de referência abaixo e arte do Tribunal:</p> 	UND	25	192,50	4.812,50
VALOR TOTAL DO GRUPO 9							41.673,00
VALOR TOTAL GERAL (SOMA DOS GRUPOS 01 A 09) (R\$)							356.904,27

1.3. A contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme autoriza o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e objetiva atender as demandas desta Corte de Contas.

1.4. A divisão do objeto em grupo de itens se fez necessária, principalmente, para manter a padronização dos materiais necessários, seja ela referente à cor, forma ou especificações técnicas, e diante da justificativa apresentada no item 10.2 do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Participarão exclusivamente deste procedimento as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas, microempreendedores individuais – MEI's, e sociedades cooperativas, sediadas no Estado de Sergipe, nos termos do art. 2º, da Lei Estadual nº 8.747, de 09 de setembro de 2020 e alterações posteriores.

1.5.1. Se, entretanto, vierem a participar empresas não sediadas no Estado de Sergipe, elas não serão, de pronto, excluídas do certame. Em nome dos princípios da economicidade e da eficiência, na ausência de propostas de empresas sergipanas, ou em caso de desclassificação e/ou inabilitação destas, de forma subsidiária, serão avaliadas as propostas daquelas não sediadas em Sergipe e julgados seus documentos, conforme a ordem de classificação.

1.6. Para os fins do disposto no item 1.5 deste Termo, considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

1.7. Os materiais referenciados pelo presente Termo de Referência não se enquadram como bens de luxo, nos termos do Ato da Presidência nº 40/2025, bem como possuem natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.8. As condições da contratação para a entrega dos materiais gráficos ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, com um PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA DE 15 DIAS corridos a partir da emissão da Nota Empenho.

1.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o TCE/SE a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.10. As quantidades indicadas no subitem 1.2, são estimativas de consumo anual.

1.10. Não será permitido ao licitante:

1.10.1. Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1.2, deste Termo de Referência (proposta parcial);

1.10.2. Preços diferentes para o mesmo item a ser licitado.

1.11. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, decorrente deste Termo e da Licitação, será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 22 da Decreto nº 11.462/2023 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.12. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

1.13. O licitante deverá se credenciar no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sistema “Pregão Eletrônico”, para participar da Licitação.

1.14. Em havendo divergência entre as especificações dos itens constantes do CATMAT e o Termo de Referência prevalecerá a última.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “b” da Lei 14.133/2021)

2.1. Este procedimento de contratação obedecerá às disposições contidas, na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016; **Lei Estadual nº 8.747/2020, alterada pela Lei Estadual nº 9.493/2024**, Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Ato da Presidência nº 41, de 14 de maio de 2025, devidamente atualizadas e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

2.2. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos, respectivamente, Descrição da necessidade da contratação e Estimativa das quantidades para a contratação, do Estudo Técnico Preliminar, anexado ao protocolo nº. 001953/2026.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Art. 6º, Inciso XXIII, letras “c” da Lei 14.133/2021)

3.1. Do explanado no item 7.0 do Estudo Técnico Preliminar, constata-se que a solução mais adequada ao atendimento das necessidades deste Tribunal é a realização do certame licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para fins de formalização da contratação, visando à aquisição de equipamentos e materiais para atender as necessidades da Diretoria de Comunicação e Mídia deste Tribunal.

3.2. Os materiais desejados são fornecidos amplamente por diversas empresas do ramo, não se enquadrando em casos de singularidade o que poderia obstruir o caráter competitivo de um possível certame, conforme o levantamento de mercado.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, letras “d” da Lei 14.133/2021)

4.1. Descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E APRESENTAÇÃO DE PROVAS

4.2.1. A contratação visa suprir as necessidades futuras e eventuais do TCE/SE quanto à produção de materiais gráficos personalizados, visando manter a qualidade dos materiais utilizados nas atividades do Tribunal, garantindo a eficiência e eficácia na comunicação e documentação necessárias às suas funções, permitindo melhor planejamento e execução das demandas institucionais dos setores de Cerimonial, Escola de Contas (ESCONTAS) e Setor de Almoxarifado, considerando se tratar de serviços que exigem ferramentas específicas e pessoal qualificado para produção dos materiais solicitados.

4.2.2. Os prazos e procedimentos de apresentação de provas dos materiais gráficos por parte dos licitantes vencedores são os seguintes:

4.2.2.1. Para a perfeita confecção dos materiais previstos no item 1.2 deste Termo, o Tribunal de Contas disponibilizará aos licitantes vencedores, quando da solicitação, a arte do material gráfico a ser impresso, via e-mail. Em caso de dúvida, os licitantes poderão, mediante solicitação, consultar os modelos físicos existentes junto aos setores requisitantes.

4.2.3. O fornecedor terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a apresentação das provas dos itens solicitados, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da arte do material gráfico em seu formato definitivo, para análise do setor requisitante.

4.2.3.1. O setor requisitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação sobre a conformidade das provas com as especificações técnicas deste Termo, admitindo-se até 2 (duas) rodadas de correção sem ônus para o Tribunal.

4.2.3.2. Decorrido o prazo de 3 (três) dias úteis sem manifestação do setor requisitante quanto à recusa ou aceitação, as provas serão consideradas tacitamente aprovadas, ficando o fornecedor autorizado a iniciar a produção.

4.2.4. A confecção dos materiais gráficos deverá observar rigorosamente as normas vigentes e as especificações estabelecidas neste Termo. A inobservância desta condição implicará a recusa do material e o seu imediato refazimento ou adequação, sem que caiba à licitante vencedora qualquer tipo de reclamação ou indenização.

4.3. DA SUSTENTABILIDADE:

4.3.1. A descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras estão pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. DA VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.4.1. Justifica-se a vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório, tendo em vista que tal disposição não limitará a competitividade.

4.4.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “*de alta complexidade ou vulto*”, o que não seria o caso do objeto desta contratação.

4.4.3. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios em objeto que não se reveste de alta complexidade, tampouco é aquisição de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz e o presente Termo de Referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

4.4.4. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

4.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.5.1. Não é permitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista sua entrega imediata.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “e” da Lei 14.133/2021)

5.1. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

5.1.1. Os materiais gráficos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a entrega da Nota de Empenho emitida pelo Tribunal de Contas, contados a partir da aceitação das provas dos itens em seu formato definitivo.

5.1.2. Admite-se a prorrogação do prazo acima, desde que previamente solicitada pelo Fornecedor, devendo ser motivada e pertinente, e aceita pela Administração.

5.1.3. O Fornecedor deverá entrar em contato com o Setor de Almoxarifado, no horário das 7 às 13 horas, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, para marcar a data e o horário da entrega dos materiais.

5.1.4. Os materiais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e Ordem de Fornecimento/Nota de empenho deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado no Bloco “A” do Subsolo do Edifício Sede do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Palácio “Governador. Augusto Franco”, na Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N — Centro Administrativo “Gov. Augusto Franco”, Bairro Capucho — Aracaju — Sergipe.

5.1.5. Os materiais deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

5.1.6. Os materiais a serem fornecidos deverão estar de acordo com os padrões exigidos neste termo de referência.

5.2. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

5.2.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, os produtos objeto do presente Termo e da licitação, serão recebidos da seguinte forma:

5.2.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

5.2.1.2. Definitivamente, no prazo de até 03 (três) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.2.2. Os recebimentos provisório e definitivo dos equipamentos ficarão a cargo do Setor de Almoxarifado conjuntamente com o Setor Requisitante deste Tribunal ou a outro servidor designado para esse fim, cabendo a estes o atesto na Nota Fiscal.

5.2.3. O recebimento provisório será feito quando da entrega dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, compreendendo ainda, dentre outras, as seguintes verificações:

5.2.3.1. Os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com indicação da marca/modelo na embalagem e ou no próprio material, com data de validade visível, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material.

5.2.3.2. Condições da embalagem e/ou do material.

5.2.3.3. Quantidade entregue, em conformidade com a Nota de Empenho.

5.2.3.4. Apresentação do documento fiscal, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

5.2.4. Conter em seu rótulo as seguintes informações: características, marca, composição, data de fabricação e de validade para uso. Quando se tratar de material de origem estrangeira as informações deverão estar em língua portuguesa, conforme prescreve o art. 31 da Lei 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.2.5. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório, mediante termo no verso da Nota Fiscal.

5.2.6. O atesto do recebimento registrado em canhoto da Nota Fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

5.2.7. O recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e sua consequente aceitação, através do Setor de Almoxarifado, devendo conferir os materiais descritos na Nota Fiscal com as amostras apresentadas, satisfeitas as condições abaixo:

5.2.7.1. Correspondência da marca/modelo do material cotado, com o indicado na Nota Fiscal e na proposta do adjudicatário.

5.2.7.2. Compatibilidade do produto entregue com as provas apresentadas e as especificações constantes do subitem 1.2 deste Termo.

5.2.7.3. Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, descrição dos materiais entregues, quantidades, preços unitário e total.

5.2.8. Os materiais fornecidos em desacordo com o estipulado neste Termo de Referência e na proposta do adjudicatário serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso.

5.2.9. Verificado algum defeito de fabricação nos materiais, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, será feito registro formal e informado ao adjudicatário, para que o mesmo proceda à substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação expedida pelo Tribunal de Contas.

5.2.10. O recebimento definitivo dos materiais, objeto deste Termo e da licitação, não exclui a responsabilidade do(s) adjudicatário(s) quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo TCE/SE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

5.3. GARANTIA DOS PRODUTOS

5.3.1. O prazo de garantia do objeto do presente Termo de Referência será conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, a contar da data do recebimento definitivo do objeto licitado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR/TRIBUNAL DE CONTAS E DO FORNECEDOR

6.1. Os direitos e obrigações do TRIBUNAL DE CONTAS e DO(S) FORNECEDOR(ES) detentor(es) da(s) ata(s) são aqueles previstos na(s) Ata(s) de Registro(s) de Preço(s).

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

6.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, o Tribunal de Contas deverá:

- a) Receber os materiais e verificar se estão de pleno acordo com as provas e especificações definidas neste Termo e na Ata de Registro de Preços.
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que o(s) fornecedor(es) entregar em desconformidade com as especificações constantes do item 1.2 deste Termo.
- c) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa e fiel execução do objeto deste Termo, bem como permitir o acesso às instalações, quando solicitado pelo fornecedor ou por seus empregados quando da entrega dos materiais.
- d) Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo fornecedor, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo.
- e) Notificar o(s) fornecedor(es), por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos materiais, fixando prazo para a sua correção.
- f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ARP, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do objeto, na forma no artigo 123 da Lei 14.133/21.
- g) O Tribunal não aceitará, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade do fornecedor para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros.
- h) Permitir acesso dos empregados do fornecedor às dependências do Tribunal para entrega do objeto.
- i) Proceder à conferência das Notas Fiscais/Faturas, atestando no corpo das mesmas, a entrega dos materiais.
- j) Promover o acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto licitado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- k) Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos materiais ao fornecedor, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste Termo, da Ata de Registro de Preços e da licitação.
- l) Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.
- m) O Fiscal do Contrato responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais objeto deste Termo, e atesto de recebimento dos mesmos, está definido no item 8.0 do DFD anexado aos autos.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, o Fornecedor deverá:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- b) Efetuar a entrega dos materiais solicitados pelo setor demandante, em perfeito estado, de acordo com as especificações constantes no presente Termo, na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento emitida pelo Tribunal.

- c) Fornecer o material de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, sendo novo e de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.
- d) Substituir os materiais fornecidos em desacordo com a proposta de preços e as especificações constantes do objeto deste Termo e da Ata de Registro de Preços, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições, cabendo ao fornecedor providenciar a reposição, em no máximo 05 (cinco) dias, sem ônus para o Tribunal de Contas.
- e) Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do material, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza. A falta do material utilizado no fornecimento não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste Termo, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- f) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas.
- g) Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega dos materiais, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de conclusão da entrega do objeto contratado.
- h) Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do Tribunal de Contas.
- i) Dar ciência ao TCE/SE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos.
- j) Comunicar ao Tribunal, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas os motivos que eventualmente impossibilitem a entrega dos produtos no prazo estipulado, nos casos em que houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades, sob a pena de sofrer as sanções da Lei 14.133/2021.
- k) É expressamente vedada ao(s) Fornecedor(es), a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TCE/SE, durante o período de fornecimento.
- l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP.
- m) Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- n) Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao Tribunal de Contas, ou ainda a terceiros, na execução do objeto deste Termo, da Ata de Registro de Preços e da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo Tribunal de Contas.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei Nº 14.133, de 2021.
- p) Manter, durante a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.
- q) Vincular-se ao que dispõe a lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor).

7. DO MODELO DE GESTÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, letra "f" da Lei 14.133/2021)

7.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão simplificados e representados pela Nota de Empenho de Despesa, com fundamento no art. 95 da Lei no 14.133/2021.

7.1.1. A referida Nota de Empenho configura documento hábil para todos os efeitos legais e funcionará como “instrumento contratual” entre o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e a(s) empresa(s) vencedora(s), considerando-se nela transcritas todos os itens constantes deste Termo de Referência.

7.2. O fornecedor (signatário da ata de registro de preços) receberá a Nota de Empenho de Despesa e será convocado para, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, confirmar o seu recebimento.

7.2.1. A Nota de Empenho de Despesa será encaminhada por meio eletrônico, devendo seu recebimento ser confirmado pelo mesmo meio.

7.2.2. A recusa do recebimento da Nota de Empenho de Despesa no prazo estipulado sujeitará o fornecedor às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. Caso o fornecedor, convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, recusar-se a receber injustificadamente a Nota de Empenho de Despesa, os demais licitantes serão chamados a fazê-lo, na ordem de classificação registrada na Ata ou Relatório da sessão de abertura e julgamento da licitação.

7.2.4. As condições trazidas neste Termo e seus anexos, bem como a proposta do Fornecedor, farão parte integrante da Nota de Empenho de Despesa, independentemente de transcrição.

7.3. A Ata de Registro de Preços – ARP deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.4. As comunicações entre o TCE/SE e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. DA FISCALIZAÇÃO

7.6.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços - ARP, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo e na licitação, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

7.6.2. O representante do Tribunal de Contas anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos materiais de que trata o objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá Notificações para a correção da execução da ARP, determinando prazo para a correção.

7.6.4. O fiscal informará ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor da ARP.

7.6.6. O fiscal comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação da mesma.

7.7. DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.7.1. O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).).

7.7.2. O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelo fiscal, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.7.3. O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.7.4. O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.7.5. O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.7.6. O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.7.7. O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ARP.

7.8. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DAS ATAS

7.8.1. O controle e gerenciamento da(s) ata(s) de registro de preços resultante deste procedimento, será realizada por meio da ferramenta de Gestão de Atas, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “g” da Lei 14.133/2021)

8.1. DO PAGAMENTO

8.1.1. O(s) fornecedor(es) deverá(ão) apresentar a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), no momento da entrega dos materiais no Setor de Almoxarifado deste Tribunal. Após o recebimento provisório e definitivo dos itens pelo Almoxarifado conjuntamente com o Setor requisitante, a nota fiscal será protocolizada e encaminhada à Coordenadoria de Serviços Gerais deste Tribunal, para fins de liquidação e pagamento.

8.1.2. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas, por ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme a fonte de recursos, em cumprimento ao art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021:

ordem nos pagamentos públicos; a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; a Resolução nº 08/2014, de 06 de agosto de 2014 da ATRICON e suas alterações.

8.1.3. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo o beneficiário/cliente, com sede na Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, S/Nº - Capucho, Aracaju - SE, 49081-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.170.790/0001-03, com a descrição clara do objeto.

8.1.4. Para o pagamento o documento fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. A nota fiscal ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos ao fornecedor, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pelo TCE/SE, não respondendo está por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

8.1.6. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério deste Tribunal.

8.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Tribunal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.8. Persistindo a irregularidade, o TCE/SE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao fornecedor a ampla defesa.

8.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o fornecedor não regularize sua situação.

8.1.10. O Tribunal manterá listas consolidadas de credores, classificadas por fonte diferenciada de recursos e organizadas pela ordem cronológica de antiguidade dos referidos créditos, estabelecida mediante apresentação de notas fiscais/faturas acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos no subitem 7.1.4 deste Termo, sem os quais não será possível a inclusão do fornecedor nas listas classificatórias de fornecedores.

8.1.11. Respeitada a ordem de classificação dos créditos, será observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para proceder à liquidação e o pagamento da obrigação, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Portal do Jurisdicionado do site deste Tribunal.

8.1.12. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Estado de Sergipe – BANESE, creditada em conta corrente do fornecedor.

8.1.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.1.14. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.1.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TCE/SE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual de taxa anual = 6%

$I = (TX) / 365$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

8.1.16. É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato/Nota de Empenho.

8.2 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

8.2.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

8.2.4. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

8.2.4.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “h” da Lei 14.133/2021)

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS, modo de disputa aberto.

9.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165). de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. Fica dispensada a apresentação do alvará de funcionamento, em atenção ao rol de documentos dispostos nos artigos 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e ainda em respeito ao disposto na Lei Federal n.º 13874/2019.

9.2.2. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

f) Prova de regularidade com as Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal descritos na alínea “e”.

9.2.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.2.3.1. A qualificação econômico-financeira será demonstrada por meio da apresentação dos seguintes documentos, nos termos do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021:

a) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Tais documentos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

b) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.2.3.3. Os documentos referidos na alínea “a” acima, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos,

9.2.3.4. A exigência estabelecida no subitem 9.2.3.1, alínea “a” será dispensada quando o licitante se enquadrar em Microempreendedor Individual –MEI, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015.

9.2.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.2.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o grupo pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.2.5. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

9.2.5.1. Será admitida a participação de empresas em processo de recuperação judicial, desde que atendam às seguintes condições:

a) Apresentem o plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo juízo competente.

b) Comprovem, através de documento oficial, que o juízo recuperacional foi cientificado acerca da participação da empresa no processo licitatório e/ou contratação objeto deste Termo de Referência, assegurando que não há impedimentos legais ou conflitos com o processo de recuperação.

c) Demonstrem, por meio de declaração de capacidade econômico-financeira, assinada por profissional habilitado da área contábil, que possuem índices econômicos que atendem aos requisitos do edital, baseados

em critérios objetivos e justificados no processo licitatório, nos termos do § 1º do Art. 69 da Lei 14.133/2021.

9.2.5.2. O não cumprimento de quaisquer das condições listadas no subitem 9.2. 5.1 deste Termo de Referência implicará na inabilitação da empresa, com base no art. 69 da Lei 14.133/2021, que trata da documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

9.2.5.3. O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe se reserva o direito de solicitar informações adicionais ou comprovações complementares acerca da situação financeira da empresa em recuperação judicial, caso julgue necessário, de modo a garantir a segurança da contratação.

9.2.5.4. O disposto abrange também o art. 70 e seguintes da Lei 11.101/2005.

9.2.5.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep).

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

f) Consulta de que não está impedido de licitar/contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, através do Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar.

g) Consulta de que não está impedido de licitar/contratar com o Estado de Sergipe, através do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CADFIMP), ou outro que venha substituir.

9.2.5.6. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2.5.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também do seu sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.6. DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

9.2.6.1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.2.6.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.2.6.3. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo.

9.2.6.4. Declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme Art. 96, inciso IV, do Decreto Estadual nº 342/2023.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “i” da Lei 14.133/2021)

10.1. O valor total estimado da contratação, que trata o objeto deste Termo, é de R\$ 356.904,27 (trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quatro reais e vinte e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela discriminadas no item 1.2 deste Termo de Referência.

10.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada é decorrente da consulta direta aos fornecedores locais que exercem atividades no mesmo ramo da contratação, justifica-se a escolha do parâmetro de pesquisa de preço elencado no art. 5º, inciso IV da referida instrução, em razão da natureza do objeto e dos benefícios elencados na Lei Estadual nº. 8.747/2020 e alterações posteriores, complementada pela pesquisa no PNCP e no Sistema Compras.gov, que devido a não obtenção de preços em diversos itens, foi utilizado o critério de aferição do preço estimado por mediana, conforme prevê o art. 5º, inciso I do Ato da Presidência nº. 41/2025.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, letra “j” da Lei 14.133/2021)

11.1. A despesa orçamentária decorrente da aquisição dos materiais de que trata o objeto deste Termo, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

11.2. Natureza de Despesa – 33.90.30.00 – Outras Despesas Correntes, através da funcional programática - 02101.01.032.0038.0465 - Controle Legal da Administração Pública, Fonte de Recursos - 1500.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) der causa à inexecução total do contrato.
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência. e

12.2.2. Multa de:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado, limitada a incidência a 10 (dez) dias, em razão do atraso injustificado no fornecimento dos materiais gráficos objeto do Contrato, ou descumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos.
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução parcial, suspensão ou interrupção do fornecimento dos materiais gráficos contratado, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.
- c) 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta estadual, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do disposto no artigo 163, da Lei 14.133/2021.

13. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

13.1. A empresa contratada, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a empresa contratada deverá:

13.1.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do TCE/SE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao TCE/SE, que terá o direito de extinguir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

13.1.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

13.1.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do TCE/SE.

13.1.4. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade do TCE/SE assinaram Acordo de Confidencialidade com a empresa contratada, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços ao TCE/SE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

13.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito do TCE/SE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

13.2.1. Caso a empresa contratada seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente o TCE/SE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

13.2.2. A empresa contratada deverá notificar o TCE/SE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela empresa contratada, seus funcionários, ou terceiros autorizados.
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da empresa contratada.

13.2.3. A empresa contratada será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao TCE/SE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela empresa contratada de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

14. DA FORMA DE EXECUÇÃO

14.1. A execução dos serviços, objeto deste Termo, serão realizados, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O Tribunal de Contas poderá, a qualquer tempo, recusar o fornecimento, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado neste Termo ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis.

15.2. Nos preços propostos que vierem a fornecer já deverão estar inclusos todos os custos necessários para o fornecimento dos materiais gráficos objeto do presente Termo, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR “NÃO PARTICIPANTE”



16.1. Será permitida adesão de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal à(s) Ata(s) de Registro de Preços oriunda(s) deste Termo, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

(Vide data de assinatura eletrônica)

Maria de Lourdes Torres Franco C. de Araújo
Chefe do Cerimonial

Maisa Fotini Guimarães Kalatzis Britto
Escola de Contas

Rodrigo Campos dos Santos
Coordenadoria de Serviços Gerais

Observação: Republicado para atendimento às recomendações constantes do Parecer da Coordenadoria de Controle Interno, com adequação da redação do **subitem 4.2.2 e correlatos do Termo de Referência**, relativos aos procedimentos de apresentação e aceitação de provas dos materiais gráficos, incluindo ajustes nos prazos de apresentação e análise das provas, previsão de rodadas de correção e aprovação tácita por decurso de prazo.

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.0. ÁREA REQUISITANTE

UNIDADES REQUISITANTES	RESPONSÁVEIS
CERIMONIAL ESCOLA DE CONTAS COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	Maria de Lourdes Torres Franco C. de Araújo Maisa Fotini Guimarães Kalatzis Britto Rodrigo Campos dos Santos

2.0. DO OBJETO:

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a confecção de materiais gráficos personalizados, com entrega parcelada, visando atender as demandas do Cerimonial, Escontas e Coordenadoria de Serviços Gerais do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, conforme especificações, quantitativos estimados e demais condições estabelecidas neste documento, descritos na forma abaixo:

3.0. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A aquisição dos itens especificados abaixo é necessária para atender as demandas institucionais dos setores de Cerimonial, Escola de Contas (ESCONTAS) e a Coordenadoria de Serviços Gerais deste Tribunal. Os materiais são imprescindíveis para realização dos eventos, cursos, ações educativas, programas de cidadania, divulgação institucional e distribuição de materiais de apoio realizados pelo Tribunal, portanto, essenciais para fortalecer a imagem institucional, apoiar atividades pedagógicas, e cumprir o planejamento de comunicação e educação institucional deste Tribunal.

3.2. A confecção de materiais gráficos personalizados surge da necessidade de padronizar e manter a qualidade dos materiais utilizados nas atividades do Tribunal, garantindo a eficiência e eficácia na comunicação e documentação necessárias às suas funções.

3.3. A compra inclui uma variedade de itens como blocos de rascunho, elástico para processo, envelopes, canetas, pastas com bolso, entre outros, que são imprescindíveis no desempenho diário das atividades do órgão, assim como na capacitação e qualificação de seus servidores, dos órgãos jurisdicionados, através da Escola de Contas José Amado do Nascimento, e para eventos específicos como o "TCE vai à escola" e "TCE Cidadão". A padronização desses materiais é crucial para manter a identidade visual do Tribunal e para assegurar que as referidas unidades estejam adequadamente equipadas para realizar suas tarefas com eficiência.

3.4. O método de obtenção do quantitativo a ser adquirido tomou-se por base as necessidades atuais e futuras do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, que sugere a determinação de quantidades a serem adquiridas com base no consumo e utilização prováveis garantindo o fortalecimento da imagem institucional, o apoio as atividades pedagógicas, controle de acesso e cumprimento do planejamento de comunicação e educação institucional do Tribunal.

4.0. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

4.1. As tratativas acerca do PCA atinente ao ano em curso encontram-se em tramitação na unidade administrativa, restando pendente, ainda, sua publicação e divulgação no sítio eletrônico do Tribunal, após a

sua aprovação pela autoridade competente, conforme art. 12, inciso VII, §1º da Lei nº 14.133/2021. Entretanto, a Presidência que versa sobre as demandas iniciais acerca da viabilidade do presente processo, autorizou a abertura do presente procedimento destinado a aquisição dos materiais discriminados no presente estudo.

5.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Natureza da Contratação:

5.1.1. A contratação visa suprir as necessidades futuras e eventuais do TCE/SE quanto à confecção de materiais gráficos personalizados, permitindo melhor planejamento e execução das demandas institucionais dos setores de Cerimonial, Escola de Contas (ESCONTAS) e Coordenadoria de Serviços Gerais, considerando se tratar de serviços que exigem ferramentas específicas e pessoal qualificado para produção dos materiais solicitados.

5.1.2. Visando a perfeita confecção dos materiais previstos no item 6.1 deste Estudo, o Tribunal de Contas, disponibilizará aos licitantes vencedores a arte do material gráfico a ser impresso, via e-mail. Em caso de dúvida, os fornecedores poderão consultar os modelos existentes junto aos setores requisitantes.

5.1.3. Após o recebimento da Nota de Empenho e da arte do material gráfico, o fornecedor terá um prazo de até 2 (dois) dias úteis para apresentação das provas de todos os itens em seu formato definitivo, para aprovação do Setor requisitante.

5.1.4. A confecção dos materiais gráficos deverá estar rigorosamente, dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas neste estudo, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba a licitante vencedora qualquer tipo de reclamação ou indenização.

5.1.5. Os materiais deverão ter garantia do fabricante e/ou da empresa contratada pelo prazo mínimo estipulado no Código de Defesa do Consumidor, a contar da data do recebimento definitivo do objeto licitado.

5.1.6. A empresa contratada deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advenha da garantia, não havendo qualquer ônus para o Tribunal.

5.1.7. Os materiais deverão ser entregues acondicionados. A embalagem deverá possuir identificação externa com indicação da marca/modelo na embalagem e ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material.

5.1.8. Fornecer o material de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, sendo novo e de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.

5.1.9. Verificado algum defeito de fabricação nos materiais, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, será feito registro formal e informado a empresa contratada, para que a mesma proceda à substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação expedida pelo Tribunal de Contas.

5.2. Dispensa de Alvará de funcionamento:

5.2.1. Justifica-se a dispensa de alvará de funcionamento, respeitado o rol de documentos dispostos nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda o disposto na Lei Federal nº 13874/2019.

5.3. Prazo de Entrega dos Equipamentos:

5.3.1. Os materiais gráficos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a entrega da Nota de Empenho emitida pelo Tribunal de Contas, contados a partir da aceitação das provas dos itens em seu formato definitivo.

5.3.2. Admite-se a prorrogação do prazo acima, desde que previamente solicitada pelo Fornecedor, devendo ser motivada e pertinente, e aceita pela Administração.

5.3.3. O Fornecedor deverá entrar em contato com o Setor de Almoxarifado, no horário das 7 às 13 horas, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, para marcar a data e o horário da entrega dos materiais.

5.4. Subcontratação:

5.4.1. Não é permitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5. Garantia da Contratação

5.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista sua entrega imediata.

6.0. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO:

6.1. O método de obtenção do quantitativo a ser adquirido tomou-se por base as necessidades atuais e futuras do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, que sugere a determinação de quantidades a serem adquiridas com base no consumo e utilização prováveis garantindo a funcionalidade e segurança das estruturas e sistemas nas instalações do Tribunal, sendo assim identificadas as especificações e os quantitativos abaixo discriminados:

GRUPO 1 (Confecção de Certificados, Cartões, Envelopes, Convites e Folder - Itens de 1 a 14)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MEDIDAS	QTDE
1.	Certificados , com impressão frente e verso, Tamanho A4, em papel opaline, gramatura de 180g, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1200
2.	Certificados , com impressão frente e verso, tamanho A4, em papel reciclado, gramatura de 250g, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	100
3.	Cartão Nominata , em papel linho, gramatura 180g, medindo 15x10 cm, com logomarca do TCE/SE em alto relevo seco, conforme modelo de referência em anexo.	Unidade	2.000
4.	Cartão de Visita , em papel duo design 120g, medindo 10x5cm, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.000
5.	Cartão com Envelope , com cartão em papel couchê fosco 120g, medindo 10,5x10cm, 4x0 cores, envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	500
6.	Cartões , em papel couchê, com 120g, impressão 4x0 cores, medindo 10x8cm, para datas comemorativas, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo Tribunal.	Unidade	2.000
7.	Envelope saco personalizado , em papel offset 90g, na cor branco, com logomarca da ESCONTAS e do TCE/SE, medindo 26cm de altura x 36cm de comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.800
8.	Envelope saco ouro pequeno , com formato 20x28cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.	Unidade	940
9.	Envelope saco ouro médio , com formato 26x36cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.	Unidade	120
10.	Envelope saco ouro grande , com formato 31x41cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.	Unidade	360
11.	Convite , em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4 cores, medindo 15x21cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	2.000
12.	Convite , em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4cores, medindo 11,3x8cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	200

13.	Convite , impresso em papel reciclado, com gramatura 250g, medindo 15x21cm, 04 cores, somente na frente, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	150
14.	Folder , em papel couchê fosco 120g, medindo 21x29,7cm, 4x4 cores, 2 dobras e laminação fosca, conforme modelo em anexo, arte do Tribunal.	Unidade	1.000
GRUPO 2 (Caderneta Ecológica e Caneta - Itens 15 e 16)			
15.	Caderneta Ecológica com Caneta , sendo a capa e a contra-capas dura, com gramatura 120g, 4x4 cores, com espiral em metal dourado. Miolo em papel offset 75g, na cor branca, com 40 folhas. Caneta com grip de metal, na cor dourada, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	2.200
16.	Caneta em plástico de mola , personalizada, com grip de metal, na cor prata, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, detalhes em prata, tinta azul, Tamanho: 13,7cm x 1,6cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	5.000

GRUPO 3 (Pastas personalizadas - Itens 17 a 19)			
17.	Pasta para certificado , em papel cartão/kraft branco, tamanho 30x21 cm, 4x0 cores, com bolso, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.600
18.	Pasta para congresso personalizada, tipo nylon, na cor azul, com zíper e alça, com logo da ESCONTAS, na cor branca, tamanho: 27 cm de altura x 36,8cm de comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	2.500
19.	Pasta com bolso , personalizada, em papel couchê c2s 250g, na cor azul, tamanho: 33cm de altura x 24 cm de comprimento, tamanho do bolso: 10cm de altura x 21cm de comprimento, com logomarca da ESCONTAS, na cor branca, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	3.000
GRUPO 4 (Placas – Itens 20 a 24)			
20.	Placa de PVC , em policromia, formato aproximados de 0,50 x 0,50 m e/ou 0,50m de diâmetro, espessura 1mm, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	50
21.	Placa de homenagem , tamanho A4, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	30
22.	Placa de homenagem , tamanho 15x21cm, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	50
23.	Placa tipo TAGS em PVC , para porta de hotel, medindo 9x16cm, com 1mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	50

24.	Placa Púlpito em PVC , com impressão digital, medindo 60x85cm, com 3mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	10
GRUPO 5 (Crachás – Itens 25 a 27)			
25.	Crachá em PVC , medindo aproximadamente 16,00 x 12,00 cm, com 1mm de espessura, em policromia, 4x0 cores, com tirantes medindo aproximadamente 15mm de largura, em cores diversas e impressão em policromia, com sistema de fixação por mosquetão metálico prateado de boa qualidade, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	2.000
26.	Crachá , em papel offset 240g, tamanho 10x12cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo contratante.	Unidade	2.000
27.	Crachá , em papel reciclado, 240g, tamanho 14x9,5cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo contratante.	Unidade	1.000
GRUPO 6 (Banneres e Paineis de madeira – Itens 28 a 30)			
28.	Banner personalizado , em lona vinílica, com impressão fotográfica, medindo 1,20m x 0,90cm (altura x largura), 4 cores, policromia, quantidade média de 20 palavras. Acabamento com perfil(is) de madeira e cordão (ões) de nylon, frente única, 100% polipropileno, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	30
29.	Banner personalizado , com impressão digital em policromia, 4x0 cores, em lona 440g brilhante, medindo 90x120cm, acabamento em madeira e cordão, titulados TCE VAI À ESCOLA e TCE CIDADÃO, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	05
30.	Painel de madeira com lona tensionada, instalado , tamanho, 4,45mx2,85m, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	10
GRUPO 7 (Adesivos – Itens 31 a 37)			
31.	Adesivo de chão instalado , personalizado, em vinil fosco, tamanho 4,45x3,05m, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	20
32.	Adesivo de parede instalado , com impressão digital de aproximadamente 150m ² para comunicação visual de eventos, personalizado, em vinil fosco, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	10
33.	Adesivo “RESERVADO” , impresso no sistema digital, em material adesivo de alta resolução, medindo 40x20cm, 2x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.000
34.	Adesivos , com a marca do TCE RESERVADO, medindo 20 x 6cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	100
35.	Adesivo redondo personalizado , do TCE cidadão, em vinil PVC, formato redondo com 5cm de diâmetro, na cor branco e azul, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, 2x0 e 4x0 cores, conforme	Unidade	1.000

	modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		
36.	Adesivo , em vinílico, tamanho 8x5cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	2.000
37.	Adesivo para veículos , em vinil, colagem interna, medindo 8,2 cm x 6,7cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	2.000
GRUPO 8 (Blocos de anotações e rascunho – Itens 38 a 41)			
38.	Bloco de anotações , personalizado da ESCONTAS, com capa azul escuro, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em papel acartonado 90g, acabamento espiral de plástico, miolo com 30 folhas em papel offset 75g, com marca d'água, tamanho: 27cm altura x 15,5cm comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.000
39.	Bloco de anotações com autoadesivos e caneta personalizada do TCE vai à Escola , com Bloco de anotações em papel kraft, gramatura 75g, com wire-o, Bloco de folhas brancas pautadas com 70 folhas de 75g, 05 Blocos coloridos autoadesivos com 25 folhas, Bloco amarelo autoadesivo com 25 folhas, tamanho 15cm de altura (verso) 13,7cm de altura (frente) x 9cm de largura, Mini caneta de papelão com acabamentos plásticos e acionamento por clique, suporte de nylon para caneta, tinta da caneta: azul, tamanho caneta: 9cm. Tamanho suporte de nylon: 1cm, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.500
40.	Bloco de rascunho , tamanho A5, com marca d'água, capa em papel acartonado em policromia, gramatura 75g, 4x0 cores, miolo em papel alta alvura de 90g, acabamento espiral de plástico, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.600
41.	Bloco de rascunho , em papel apergaminhado 75g/m2, na cor branca, no formato 15x21cm fechado, com 50x1 via, miolo colado, com impressão da logomarca TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	81
GRUPO 9 (Elástico, Ecobag e Pasta em couro – Itens 42 a 44)			
42.	Elástico para processo , tipo cinta, confeccionado em elástico branco, medindo 22cm de comprimento (fechado) x 3cm de altura, costura dupla emenda, com impressão do termo TCE/SE na cor preta, letra medindo 1cm de altura, embaladas em pacote com 50 unidades, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Pacote	11
43.	Ecobag - sacola ecológica , personalizada com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em policromia. Bolsa em tecido de algodão cru, na cor de algodão cru, medindo 42x43cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	1.200
44.	Pastas em couro sintético , na cor preta, medindo 53x35cm formato aberto e 26,5x35cm fechado, com impressão da logomarca do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe ou do Ministério Público de Contas de Sergipe na capa, 1x0 cor, com duas pequenas orelhas, medindo 11,5x10cm, forrada em poliéster ou similar e porta caneta central, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	Unidade	25

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO - PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES

7.1. Realizado pelo Setor competente do TCE-SE, obtidos através de consultas de contratações similares feitas pela Administração Pública Estadual em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021 e o artigo 5º, §1º do Ato da Presidência TCE/SE nº 41/2025.

7.1.1. SOLUÇÃO 1: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

7.1.1.1. A adesão às Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes e gerenciadas por outros órgãos da Administração Pública, tendo em vista menor tempo de trabalho nas etapas de pesquisa de preço e produção dos artefatos de contratação.

7.1.1.2. Entretanto, a solução demandaria maior tempo e custo de mão de obra em atividades da fase interna da licitação dada a necessidade de cotejo entre cada item que se deseja adquirir e as atas vigentes de órgãos. Além disso, seria necessária a anuência tanto da empresa vencedora da licitação quanto do órgão gerenciador.

7.1.2. SOLUÇÃO 2: AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS, VIA LICITAÇÃO

7.1.2.1 É através da realização de licitação tradicional, na qual se teria a obrigatoriedade de adquirir todos os materiais deste documento, conforme a validade da proposta comercial dos licitantes.

7.1.2.2. Os quantitativos levantados devem ser mais precisos dada a obrigatoriedade (em regra) da aquisição dos itens licitados, conforme item 6 deste ETP.

7.1.3. SOLUÇÃO 3: AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS, VIA LICITAÇÃO COM REGISTRO DE PREÇO

7.1.3.1. Na aquisição de materiais de forma isolada, há um ganho econômico significativo devido à compra em escala, uma vez que os licitantes podem oferecer melhores preços ao reduzirem suas margens de lucro, compensando essa redução pelo volume maior de vendas.

7.1.3.2. Além disso, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) permite a adesão de órgãos não participantes, o que pode aumentar a competitividade e atrair mais fornecedores, resultando na redução dos preços ofertados.

7.1.3.3. A utilização do SRP possibilita à Administração economizar na gestão de estoques, uma vez que elimina a necessidade de aquisição e armazenamento imediato de grandes quantidades de materiais, pois o fornecedor vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, compromete-se a fornecer os materiais sob demanda, pelo preço acordado, conforme solicitação da Administração.

7.2. ANÁLISE E ESCOLHA ENTRE AS SOLUÇÕES EXISTENTES:

7.2.1. Ao analisar as soluções apresentadas e visando a necessidade de aquisição de materiais gráficos para este Tribunal, no momento entende-se como formato mais adequado, o apresentado pela **SOLUÇÃO 03**. Tal opção também foi baseada, no disposto no inciso XLI do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que define o Pregão como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

7.2.2. Dessa forma, sugere-se a adoção da modalidade Pregão, com utilização do sistema de registro de preço, em sua forma eletrônica, tipo menor preço por grupo, na forma da Lei nº 14.133/2021.

8.0 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (PESQUISA DE PREÇOS)

8.1 A pesquisa de preço foi decorrente da consulta direta aos fornecedores locais que exercem atividades no mesmo ramo da contratação, justifica-se a escolha do parâmetro de pesquisa de preço elencado no art. 5º, inciso IV da referida instrução, em razão da natureza do objeto e dos benefícios elencados na Lei Estadual nº. 8.747/2020 e alterações posteriores, complementada pela pesquisa no PNCP e no Sistema Compras.gov, que devido a não obtenção de preços em diversos itens, foi utilizado o critério de aferição do preço estimado de mediana, conforme prevê o art. 5º, inciso I do Ato da Presidência nº. 41/2025.

8.2. Com base no Relatório de Pesquisa de Preços, realizado conforme Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021 e Ato da Presidência nº 41/2025, acostado aos autos, obtivemos o valor total geral de R\$ 356.904,27 (trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quatro reais e vinte e sete centavos).

9.0 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Do explanado no item 7.0 do presente Estudo Técnico Preliminar, constata-se que a solução mais adequada ao atendimento das necessidades deste Tribunal é a realização do certame licitatório, na modalidade pregão eletrônico com utilização do sistema de registro de preço, para fins de formalização da contratação, visando a aquisição de materiais de gráficos personalizados para atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

9.2. Os materiais desejados são fornecidos amplamente por diversas empresas do ramo, não se enquadrando em casos de singularidade o que poderia obstruir o caráter competitivo de um possível certame, conforme o levantamento de mercado.

10.0. DA AVALIAÇÃO DO PARCELAMENTO OU DA UNIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

10.1 A Súmula nº. 247 do Tribunal de Contas da União, ao tratar do parcelamento do objeto da contratação, prevê que “é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10.2. O presente processo adota o critério de adjudicação por grupo, tendo sido aglutinados os itens em razão desta metodologia ser uma solução eficiente para compras em grande escala, especialmente nos casos em que o objeto da licitação envolve diversos materiais com características e utilizações semelhantes, evitando a vinculação de um quantitativo elevado de materiais para um único fornecedor, bem como a adjudicação de bens similares com marcas e fornecedores diferentes, situação que aumenta o risco de incompatibilidade dos materiais utilizados para um mesmo serviço, com distinção de cor, forma ou especificações técnicas, ou ainda a inexecução do objeto contratual e a suspensão de serviços essenciais que não podem sofrer solução de continuidade.

10.0 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A aquisição de materiais gráficos para atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe traz uma série de benefícios que asseguram a regularidade das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, refletindo assim nos seguintes benefícios:

11.1.1. A padronização dos materiais gráficos assegura a uniformidade na identidade visual do Tribunal;

11.1.2. Melhoria da imagem institucional do Tribunal;

11.1.3. Fortalecimento das ações de comunicação, eventos institucionais e apoio as atividades pedagógicas e de cidadania.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. O Tribunal de Contas dispõe de pessoal capacitado para o recebimento, manejo, controle e transporte dos itens a serem adquiridos, assim como servidores aptos para atuarem na fiscalização e na gestão dos instrumentos resultantes da presente contratação, não sendo necessária a capacitação de novos servidores para as referidas funções.

12.2. Visando eliminar e/ou diminuir a probabilidade de ocorrência de eventos negativos que impactem no regular funcionamento das atividades no âmbito das unidades técnicas e administrativas do TCE/SE, procedeu-se na realização de um estudo de gerenciamento de riscos, que tem por objetivo identificar, analisar e responder os riscos inerentes à contratação a ser realizada, conforme Mapa de Risco em anexo.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Contratações correlatas são aquelas cujos objetos são similares ou complementares entre si, enquanto contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas conjuntamente para garantir a plena satisfação da necessidade da Administração. Após análise dos itens a serem contratados, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que exijam a vinculação deste procedimento a outras contratações.

14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

14.1. Para a contratação de materiais gráficos pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, os critérios de sustentabilidade devem incluir:

14.1.1. Utilizar preferencialmente o uso de materiais sustentáveis na produção dos materiais a serem adquiridos.

14.1.2. Utilizar preferencialmente processos ecológicos de impressão, com tintas à base de água ou de soja, que são menos prejudiciais ao meio ambiente em comparação com as tintas à base de petróleo.

14.1.3. Utilizar preferencialmente equipamentos de baixo consumo energético.

14.1.4. Promover técnicas de produção que minimizem resíduos, como a otimização de layouts de impressão para reduzir sobras de papel.

15. VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

15.1. Justifica-se a vedação à participação de consórcios no presente procedimento licitatório, considerando que tal restrição não compromete a competitividade do certame.

15.2. A formação de consórcios é recomendável apenas quando o objeto da licitação for de alta complexidade ou grande vulto, o que não se aplica à presente contratação.

15.3. O objeto da presente aquisição não apresenta características que justifiquem a participação de empresas em consórcio, uma vez que a contratação se refere a bens de consumo comum, cuja execução não exige a reunião de empresas para viabilizar a prestação do fornecimento.

15.4. A admissão de consórcios em contratações de baixa complexidade e pequeno valor econômico pode afetar a competitividade, uma vez que permite a união de empresas que poderiam disputar de forma independente, violando o princípio da livre concorrência e a obtenção da melhor proposta para a Administração.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, que evidencia a necessidade da aquisição de materiais gráficos para atender às demandas deste Tribunal, conclui-se pela total viabilidade da aquisição pretendida, através do processo licitatório, na modalidade de pregão eletrônico, com utilização do sistema de registro de preço, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento do presente feito.

17. ANEXOS

17.1. ANEXO I – Mapa de Riscos

17.2. ANEXO II – Modelos (Prospectos)

(Vide data de assinatura eletrônica)

Maria de Lourdes Torres Franco C. de Araújo
Chefe do Cerimonial

Maisa Fotini Guimarães Kalatzis Britto
Escola de Contas

Rodrigo Campos dos Santos
Coordenadoria de Serviços Gerais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N.º: 001953/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

MAPA DE RISCOS

Risco 1: Falta de Recursos Orçamentários para Contratação do Objeto.

Probabilidade: ☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta

ID	Danos	Impacto	
01	Falta de recursos orçamentários para aquisição dos materiais objeto desta contratação.	Não realização dos eventos institucionais realizados pelo Tribunal.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
01	Reserva ou realocação de recursos orçamentários e financeiros pelo Gestor do orçamento do Tribunal.	Área Administrativa do TCE/SE.	Até o início do Procedimento Licitatório.

Risco 2: Ausência de Empresas Habilitadas para o fornecimento do produto, objeto da contratação/aquisição

Probabilidade: ☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta

ID	Danos	Impacto	
01	Atraso ou não efetivação da Aquisição/Contratação.	Necessidade de Refazer os Procedimentos Licitatórios.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
01	Análise das condições do mercado e, se for o caso, mudança dos requisitos do objeto, com o objetivo de ampliar o leque de possíveis empresas, desde que se observe a manutenção do atendimento das necessidades da Área Demandante.	Área Administrativa do TCE/SE.	Até o início do Procedimento Licitatório.

Risco 3: Descumprimento Contratual Grave ou Inexecução.

Probabilidade: ☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta

ID	Danos	Impacto	
01	Não efetivação do fornecimento dos materiais, objeto desta Aquisição/Contratação..	Indisponibilidade do fornecimento objeto da contratação, ocasionando prejuízo às atividades do Tribunal.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo

01	Solicitar ao fornecedor apresentação de plano de contingência detalhado que descreva as medidas a serem tomadas em caso de falha no fornecimento.	Área Administrativa do TCE/SE.	Durante a fase de execução contratual.
02	Consultar fornecedores que possam ser utilizadas temporariamente em caso de falha no fornecimento da contratada.	Área Administrativa do TCE/SE.	Durante a fase de execução contratual

Vide data de assinatura eletrônica.

Maria de Lourdes Torres Franco C. de Araújo
Chefe do Cerimonial

Maisa Fotini Guimarães Kalatzis Britto
Escola de Contas

Rodrigo Campos dos Santos
Coordenadoria de Serviços Gerais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
PROTOCOLO TC N.º: 001953/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

MODELOS (PROSPECTOS)

ITEM 1: Certificado, com impressão frente e verso, tamanho A4, em papel opaline, gramatura de 180g, 4x4 cores. **Quantidade:** 1200 Unidades.

FRENTE:



ITEM 2: Certificado, com impressão frente e verso, tamanho A4, em papel reciclado, gramatura de 250g, 4x4 cores. **Quantidade:** 100 Unidades.



ITEM 3: Cartão Nominata, em papel linho, gramatura 180g, medindo 15x10 cm, com logomarca do TCE/SE em alto relevo seco. **Quantidade:** 2.000 Unidades.



ITEM 4: Cartão de Visita, em papel duo design 120g, medindo 10x5cm, 4x4 cores. **Quantidade:** 1.000 Unidades.



ITEM 5: Cartão com Envelope, com cartão em papel couchê fosco 120g, medindo 10,5x10 cm, 4x0 cores, envelope em papel off set azul. **Quantidade:** 500 Unidades.



ITEM 6: Cartões, em papel couchê, com 120g, impressão 4x0 cores, medindo 10x8 cm, para datas comemorativas. **Quantidade:** 2.000 Unidades.



ITEM 7: Envelope saco personalizado, em papel offset 90g, na cor branco, com logomarca da ESCONTAS e do TCE/SE, medindo 26cm de altura x 36cm de comprimento. **Quantidade:** 1.800 Unidades.



ITEM 8: Envelope saco ouro pequeno, formato 20x28cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m², com logomarca. **Quantidade:** 940 Unidades.



ITEM 9: Envelope saco ouro médio, formato 26x36cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m², com logomarca. **Quantidade:** 120 Unidades.



ITEM 10: Envelope saco ouro grande, formato 31x41cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m², com logomarca. **Quantidade:** 360 Unidades.



ITEM 11: Convite – em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4 cores, medindo 15x21cm, com envelope em papel off set azul. **Quantidade:** 2.000 Unidades.



ITEM 12: Convite – em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4 cores, medindo 11,3x8cm, com envelope em papel off set azul. **Quantidade:** 200 Unidades.



ITEM 13: Convite: impresso papel reciclado, gramatura 250g, medindo 15x21cm, 04 cores somente na frente. **Quantidade:** 150 Unidades.



ITEM 14: Folder, em papel couchê fosco 120g, medindo 21x29,7cm, 4x4 cores, 2 dobras e laminação fosca, arte do TCE/SE. **Quantidade:** 1.000 Unidades.



ITEM 15: Caderneta Ecológica com Caneta, sendo a capa e contra-capa dura, com gramatura 120g, 4x4 cores, com espiral em metal dourado. Miolo em papel offset 75g, na cor branca, com 40 folhas. Caneta com grip de metal, na cor dourada, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logo do TCE/SE. **Quantidade:** 2.200 Unidades.



ITEM 16: Caneta em plástico de mola, personalizada, com grip de metal, na cor prata, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, detalhes em prata, tinta azul, tamanho: 13,7cm x 1,6cm. **Quantidade:** 5.000 Unidades.



ITEM 17: Pasta para certificado, em papel cartão/kraft branco, tamanho 30x21cm, 4x0 cores, com bolso. **Quantidade:** 1.600 Unidades.



ITEM 18: Pasta congresso, personalizada, tipo nylon, na cor azul, com zíper e alça, com logo da ESCONTAS na cor branca, tamanho: 27 cm de altura x 36,8cm de comprimento. **Quantidade:** 2.500 Unidades.



ITEM 19: Pasta com bolso, personalizada, em papel couchê c2s 250g, na cor azul, tamanho: 33cm de altura x 24 cm de comprimento, tamanho do bolso: 10cm de altura x 21cm de comprimento, com logomarca da ESCONTAS na cor branca. **Quantidade:** 3.000 Unidades.



ITEM 20: Placa de PVC, em policromia em formatos aproximados de 0,50 x 0,50 m e/ou 0,50m de diâmetro, espessura 1mm, 4x0 cores. **Quantidade:** 50 Unidades.



ITEM 21: Placa de homenagem, tamanho A4, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo. **Quantidade:** 30 Unidades.



ITEM 22: Placa de homenagem, tamanho 15x21cm, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo. **Quantidade:** 50 Unidades.



ITEM 23: Placa tipo TAGS em PVC, para porta hotel, medindo 9x16cm, com 1mm de espessura, 4x0 cores. **Quantidade:** 50 Unidades.



ITEM 24: Placa púlpito em PVC, com impressão digital, medindo 60x85cm, com 3mm de espessura, 4x0 cores. **Quantidade:** 10 Unidades.



ITEM 25: Crachá em PVC, medindo aproximadamente 16,00 x 12,00 cm, com 1mm de espessura, em policromia, 4x0 cores, com tirantes medindo aproximadamente 15mm de largura, em cores diversas e impressão em policromia, com sistema de fixação por mosquetão metálico prateado de boa qualidade. **Quantidade:** 2.000 Unidades.



ITEM 26: Crachá, em papel offset 240g, tamanho 10x12cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia. **Quantidade:** 2.000 Unidades.



ITEM 27: Crachá, em papel reciclado, 240g, tamanho 14x9,5cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia. **Quantidade:** 1.000 Unidades.



ITEM 28: Banner personalizado, em lona vinílica, com impressão fotográfica, medindo 1,20m x 0,90cm (altura x largura), 4 cores, policromia, quantidade média de 20 palavras. Acabamento com perfil(is) de madeira e cordão(ões) de nylon, frente única, 100% polipropileno. **Quantidade:** 30 Unidades.



ITEM 29: Banner personalizado, com impressão digital em policromia, 4x0 cores, em lona 440g brilhante, medindo 90x120cm, acabamento em madeira e cordão, titulados TCE VAI À ESCOLA e TCE CIDADÃO, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS. **Quantidade:** 5 Unidades.



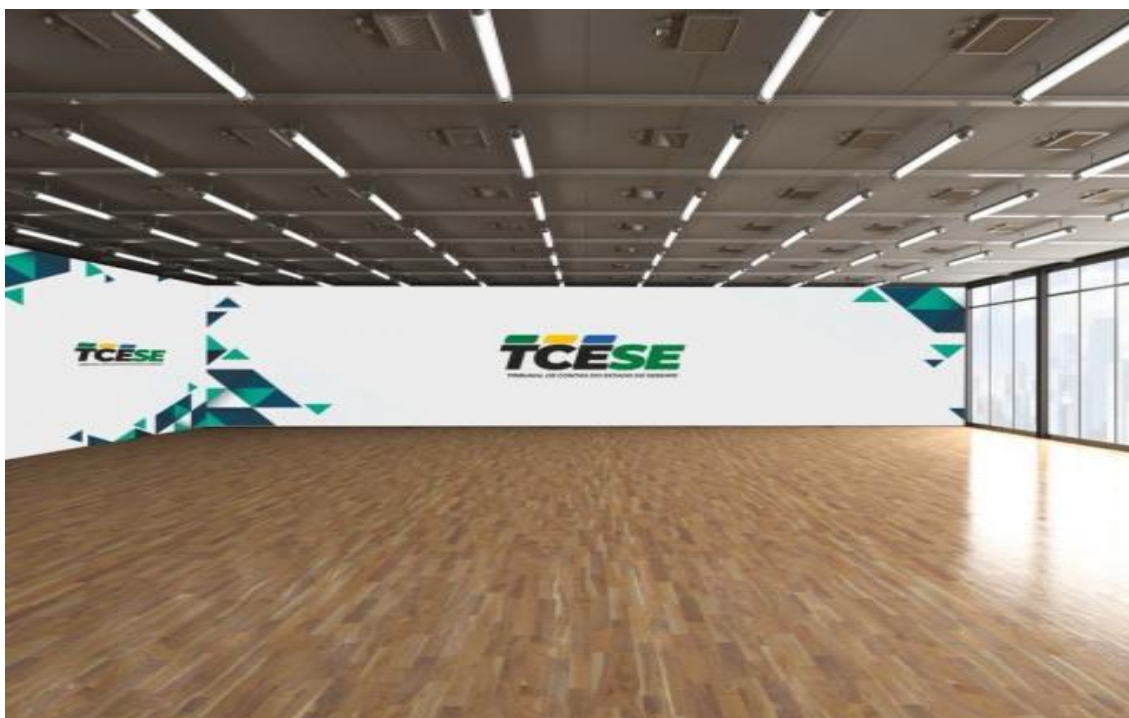
ITEM 30: Painel de madeira com lona tensionada instalado, tamanho, 4,45mx2,85m. **Quantidade:** 10 Unidades.



ITEM 31: Adesivo de chão instalado, personalizado, em vinil fosco, tamanho 4,45x3,05m, 4x0 cores.
Quantidade: 20 Unidades.



ITEM 32: Adesivo de parede instalado, personalizado, com impressão digital de aproximadamente 150m² para comunicação visual de eventos, em vinil fosco, 4x0 cores. **Quantidade:** 10 Unidades.



ITEM 33: Adesivo “RESERVADO”, impresso no sistema digital, em material adesivo de alta resolução, medindo 40x20cm, 2x0 cores. **Quantidade:** 1.000 Unidades.



ITEM 34: Adesivos, com a logomarca do TCE RESERVADO, medindo 20 cm x 6 cm. **Quantidade:** 100 Unidades.



ITEM 35: Adesivo redondo personalizado, do TCE cidadão, em vinil PVC, formato redondo com 5cm de diâmetro, na cor branco e azul, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, 2x0 e 4x0 cores. **Quantidade:** 1.000 Unidades.



ITEM 36: Adesivo, em vinílico, tamanho 8x5 cm. **Quantidade:** 2.000 Unidades.





ITEM 37: Adesivos para veículos, em vinil, colagem interna, medindo 8,2cm x 6,7cm. **Quantidade:** 2.000 Unidades.



ITEM 38: Bloco de anotações, personalizado da ESCONTAS, com capa azul escuro, com logo do TCE/SE e da ESCONTAS, em papel acartonado 90g, acabamento espiral de plástico, miolo com 30 folhas em papel offset 75g, com marca d'água, tamanho: 27cm altura x 15,5cm comprimento. **Quantidade:** 1.000 Unidades.



ITEM 39: Bloco de anotações com autoadesivos e caneta personalizada do TCE vai à Escola.

Bloco de anotações em papel kraft, gramatura 75g, com wire-o. Bloco de folhas brancas pautadas com 70 folhas de 75g. 05 Blocos coloridos autoadesivos com 25 folhas. Bloco amarelo autoadesivo com 25 folhas, tamanho 15cm de altura (verso) 13,7cm de altura (frente) x 9cm de largura. Mini caneta de papelão com acabamentos plásticos e acionamento por clique, suporte de nylon para caneta, tinta da caneta: azul, tamanho caneta: 9cm, tamanho do suporte de nylon: 1cm, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS. **Quantidade:** 1.500 Unidades.



ITEM 40: Bloco de rascunho, tamanho A5, com marca d'água, capa em papel acartonado em policromia, gramatura 75g, 4x0 cores, miolo em papel alta alvura de 90g, acabamento espiral de plástico, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS. **Quantidade: 1.600 Unidades.**



ITEM 41: Bloco de Rascunho, em papel apergaminhado 75g/m², na cor branca, no formato 15x21cm fechado, com 50x1 via, miolo colado, com impressão da logomarca do TCE/SE.
Quantidade: 81 Unidades.



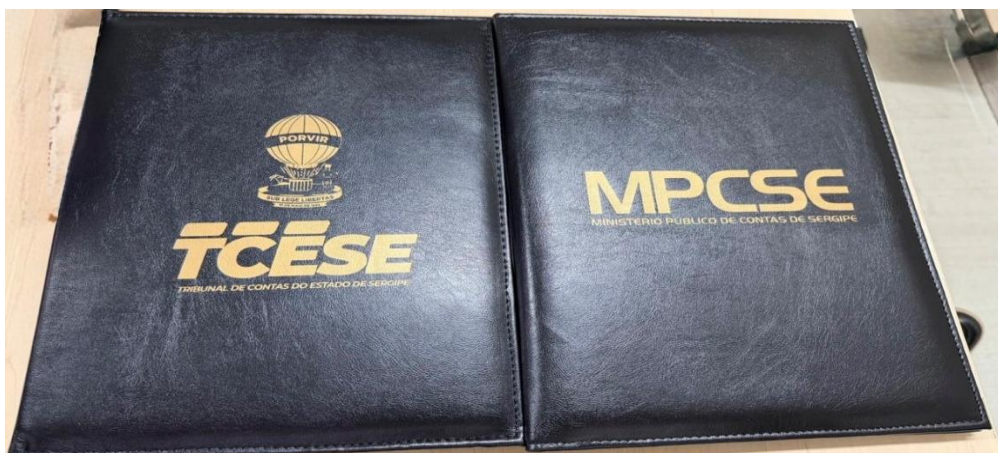
ITEM 42: Elástico para processo, tipo cinta, confeccionado em elástico branco, medindo 22cm de comprimento (fechado) x 3cm de altura, costura dupla emenda, com impressão do termo TCE/SE na cor preta, letra medindo 1cm de altura, embaladas em pacote com 50 unidades. **Quantidade:** 11 pacotes.



ITEM 43: Ecobags - sacola ecológica, personalizada com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS em policromia. Bolsa em tecido de algodão cru, na cor de algodão cru, medindo 42x43cm. **Quantidade:** 1.200 Unidades.



ITEM 44: Pastas em couro sintético na cor preta, medindo 53x35cm formato aberto e 26,5x35cm fechado, com impressão da logomarca do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe ou do Ministério Público de Contas de Sergipe na capa, 1x0 cor, com duas pequenas orelhas, medindo 11,5x10cm, forrada em poliéster ou similar e porta caneta central. **Quantidade:** 25 Unidades.



(Vide data de assinatura eletrônica)

Maria de Lourdes Torres Franco C. de Araújo
Chefe do Cerimonial

Maisa Fotini Guimarães Kalatzis Britto
Escola de Contas

Rodrigo Campos dos Santos
Coordenadoria de Serviços Gerais

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N.º: 001953/2026

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE/SE**, inscrito no CNPJ nº 13.170.790/0001-03, com sede nesta Capital, na Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo Governador “Augusto Franco” – Bairro Capucho – CEP 49081-020, neste ato representado pela Conselheira Presidente, xxxxxxxxxxxxxx, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxx, expedida pela SSP/SE, CPF nº xxxxxxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 0000x/2026, publicada no PNCP, sítio do Tribunal e no Diário Oficial do Estado de Sergipe e/ou Diário Oficial Eletrônico do Estado de Sergipe de 0x/0x/2026, **Protocolo TC nº 001953/2026, RESOLVEM** registrar os preços do(s) fornecedor(es), indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para eventual confecção de materiais gráficos personalizados, de forma parcelada, visando atender à demanda do Cerimonial, Escontas e Coordenadoria de Serviços Gerais, todas as unidades integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, conforme modelos (prospectos)**, especificado(s) no(s) Grupo(s) com seus respectivos item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº 90001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:		
CNPJ:	Telefone:	e-mail:
Endereço:		
Representante Legal/CPF:		

GRUPO 1, Confecção de Certificados, Cartões, Envelopes, Convites e Folder - Itens de 1 a 14:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
-------	---	-------	--------	--------	--------	-------	-------------------	-------------------

1	Certificados , com impressão frente e verso, Tamanho A4, em papel opaline, gramatura de 180g, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		439238	464308-9	UND	1.200		
2	Certificados , com impressão frente e verso, tamanho A4, em papel reciclado, gramatura de 250g, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		421390	468445-1	UND	100		
3	Cartão Nominata , em papel linho, gramatura 180g, medindo 15x10 cm, com logomarca do TCE/SE em alto relevo seco, conforme modelo de referência em anexo.		293189	464414-0	UND	2.000		
4	Cartão de Visita , em papel duo design 120g, medindo 10x5cm, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		483836	464415-8	UND	1.000		
5	Cartão com Envelope , com cartão em papel couchê fosco 120g, medindo 10,5x10cm, 4x0 cores, envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		396182	464792-0	UND	500		
6	Cartões , em papel couchê, com 120g, impressão 4x0 cores, medindo 10x8cm, para datas comemorativas, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo Tribunal.		352213	464796-3	UND	2.000		
7	Envelope saco personalizado , em papel offset 90g, na cor branco, com logomarca da ECONTAS e do TCE/SE, medindo 26cm de altura x 36cm de comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		463527	367007-4	UND	1.800		
8	Envelope saco ouro pequeno , com formato 20x28cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.		613260	386310-7	UND	940		
9	Envelope saco ouro médio , com formato 26x36cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.		467345	401857-5	UND	120		
10	Envelope saco ouro grande , com formato 31x41cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.		467167	386312-3	UND	360		
11	Convite , em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x0 cores, medindo 15x21cm, com envelope em		445564	464797-1	UND	2.000		

	papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.							
12	Convite , em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4cores, medindo 11,3x8cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		447035	464901-0	UND	200		
13	Convite , impresso em papel reciclado, com gramatura 250g, medindo 15x21cm, 04 cores, somente na frente, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		293189	468505-9	UND	150		
14	Folder , em papel couchê fosco 120g, medindo 21x29,7cm, 4x4 cores, 2 dobras e laminação fosca, conforme modelo em anexo, arte do Tribunal.		485751	464429-8	UND	1.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 1 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 2, Confeção de Caderneta ecológico e Caneta plástica – Itens 15 e 16:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15	Caderneta Ecológica com Caneta , sendo a capa e a contra-capas dura, com gramatura 120g, 4x4 cores, com espiral em metal dourado. Miolo em papel offset 75g, na cor branca, com 40 folhas. Caneta com grip de metal, na cor dourada, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		622289	464675-4	UND	2.200		
16	Caneta em plástico de mola , personalizada, com grip de metal, na cor prata, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, detalhes em prata, tinta azul, Tamanho: 13,7cm x 1,6cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		428122	447723-5	UND	5.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 2 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 3, Confecção de Pastas personalizadas – Itens 17 a 19:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17.	Pasta para certificado , em papel cartão/kraft branco, tamanho 30x21 cm, 4x0 cores, com bolso, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		623869	464309-7	UND	1.600		
18.	Pasta para congresso personalizada, tipo nylon, na cor azul, com zíper e alça, com logo da ESCONTAS, na cor branca, tamanho: 27 cm de altura x 36,8cm de comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		324275	464310-0	UND	2.500		
19.	Pasta com bolso , personalizada, em papel couchê c2s 250g, na cor azul, tamanho: 33cm de altura x 24 cm de comprimento, tamanho do bolso: 10cm de altura x 21cm de comprimento, com logomarca da ESCONTAS, na cor branca, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		448796	464311-9	UND	3.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 3 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 4, Confecção de Placas de PVC e de Homenagens – Itens 20 a 24:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20.	Placa de PVC , em policromia, formato aproximados de 0,50 x 0,50 m e/ou 0,50m de diâmetro, espessura 1mm, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		276461	464423-9	UND	50		
21.	Placa de homenagem , tamanho A4, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		619737	464424-7	UND	30		
22.	Placa de homenagem , tamanho 15x21cm, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		618630	290495-0	UND	50		
23.	Placa tipo TAGS em PVC , para porta de hotel, medindo 9x16cm, com 1mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		364310	468733-7	UND	50		

24.	Placa Púlpito em PVC , com impressão digital, medindo 60x85cm, com 3mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		276462	464426-3	UND	10		
-----	---	--	--------	----------	-----	----	--	--

	VALOR TOTAL DO GRUPO 4 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 5, Confecção de Crachás – Itens 25 a 27:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
25.	Crachá em PVC , medindo aproximadamente 16,00 x 12,00 cm, com 1mm de espessura, em policromia, 4x0 cores, com tirantes medindo aproximadamente 15mm de largura, em cores diversas e impressão em policromia, com sistema de fixação por mosquetão metálico prateado de boa qualidade, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		624108	464585-5	UND	2.000		
26.	Crachá , em papel offset 240g, tamanho 10x12cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo contratante.		444108	464586-3	UND	2.000		
27.	Crachá , em papel reciclado, 240g, tamanho 14x9,5cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo contratante.		617806	468734-5	UND	1.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 5 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 6, Confecção de Banners e Painel de Lona – Itens 28 a 30:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
28.	Banner personalizado , em lona vinílica, com impressão fotográfica, medindo 1,20m x 0,90cm (altura x largura), 4 cores, policromia, quantidade média de 20 palavras. Acabamento com perfil(is) de madeira e cordão (ões) de nylon, frente única, 100% polipropileno, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		471854	251992-5	UND	30		
29.	Banner personalizado , com impressão digital em policromia, 4x0 cores, em lona 440g brilhante, medindo 90x120cm, acabamento em madeira e cordão, titulados TCE VAI À ESCOLA e TCE CIDADÃO, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		452346	191482-0	UND	05		
30.	Painel de madeira com lona tensionada, instalado , tamanho, 4,45mx2,85m, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		477590	468737-0	UND	10		
VALOR TOTAL DO GRUPO 6 (R\$)								

GRUPO 7, Confecção de Adesivos – Itens 31 a 37:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
31.	Adesivo de chão instalado , personalizado, em vinil fosco, tamanho 4,45x3,05m, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		486652	464325-9	UND	20		
32.	Adesivo de parede instalado , com impressão digital de aproximadamente 150m² para comunicação visual de eventos, personalizado, em vinil fosco, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		486653	464326-7	UND	10		
33.	Adesivo “RESERVADO” , impresso no sistema digital, em material adesivo de alta resolução, medindo 40x20cm, 2x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		472085	464327-5	UND	1.000		
34.	Adesivos , com a marca do TCE RESERVADO, medindo 20 x 6cm,		472084	468509-1	UND	100		

	conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.							
35.	Adesivo redondo personalizado , do TCE cidadão, em vinil PVC, formato redondo com 5cm de diâmetro, na cor branco e azul, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, 2x0 e 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		448574	464679-7	UND	1.000		
36.	Adesivo , em vinílico, tamanho 8x5cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		467640	468739-6	UND	2.000		
37.	Adesivo para veículos , em vinil, colagem interna, medindo 8,2 cm x 6,7cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		607685	467798-6	UND	2.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 7 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 8, Confeção de Blocos de Anotações e Rascunho – Itens 38 a 41:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
38.	Bloco de anotações , personalizado da ESCONTAS, com capa azul escuro, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em papel acartonado 90g, acabamento espiral de plástico, miolo com 30 folhas em papel offset 75g, com marca d'água, tamanho: 27cm altura x 15,5cm comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		438852	464684-3	UND	1.000		
39.	Bloco de anotações com autoadesivos e caneta personalizada do TCE vai à Escola , com Bloco de anotações em papel kraft, gramatura 75g, com wire-o, Bloco de folhas brancas pautadas com 70 folhas de 75g, 05 Blocos coloridos autoadesivos com 25 folhas, Bloco amarelo autoadesivo com 25 folhas, tamanho 15cm de altura (verso) 13,7cm de altura (frente) x 9cm de largura, Mini caneta de papelão com acabamentos plásticos e acionamento por clique, suporte de nylon para caneta, tinta da caneta: azul, tamanho caneta: 9cm. Tamanho suporte de nylon: 1cm, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		622289	464686-0	UND	1.500		

40.	Bloco de rascunho , tamanho A5, com marca d'água, capa em papel acartonado em policromia, gramatura 75g, 4x0 cores, miolo em papel alta alvura de 90g, acabamento espiral de plástico, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		471375	464320-8	UND	1.600		
41.	Bloco de Rascunho , em papel apergaminhado 75g/m2, na cor branca, no formato 15x21cm fechado, com 50x1 via, miolo colado, com impressão da logomarca TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		622709	467792-7	UND	81		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 8 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 9, Confeção de Elástico, Ecobag e Pasta em Couro – Itens 42 a 44:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
42.	Elástico para processo , tipo cinta, confeccionado em elástico branco, medindo 22cm de comprimento (fechado) x 3cm de altura, costura dupla emenda, com impressão do termo TCE/SE na cor preta, letra medindo 1cm de altura, embaladas em pacote com 50 unidades, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		283820	467795-1	PCT	11		
43.	Ecobags - sacola ecológica , personalizada com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em policromia. Bolsa em tecido de algodão cru, na cor de algodão cru, medindo 42x43cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		629172	464563-4	UND	1.200		
44.	Pastas em couro sintético , na cor preta, medindo 53x35cm formato aberto e 26,5x35cm fechado, com impressão da logomarca do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe ou do Ministério Público de Contas de Sergipe na capa, 1x0 cor, com duas pequenas orelhas, medindo 11,5x10cm, forrada em poliéster ou similar e porta caneta central, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		477894	396759-0	UND	25		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 9 (R\$)	
--	------------------------------	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata. **(Observação: Não havendo Cadastro de Reserva, este subitem será suprimido da Ata)**

3. DO ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O Órgão gerenciador será o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE (UASG 453737).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021. e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.7. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.5.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.1.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.1.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 5.8 desta ARP.

5.1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação. e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital. e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração do TCE/SE convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital ou aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário. ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará à Administração do TCE/SE a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o **preço registrado tornar-se superior ao preço praticado** no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o **preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado** e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do

item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não haverá remanejamento de quantitativos previstos na ARP.

8.2. Nas licitações com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras serão realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo.

8.2.1. Em caso as contratações futuras de item (ns) específico (s) constante (s) de GRUPO DE ITENS, será exigido (a) nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, c/c o inc. II do art. 13 do Decreto nº 11.462/2023.

a) prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade; ou

b) demonstração de que o preço registrado na ARP para o item específico do grupo fora de menor que aqueles propostos pelos demais licitantes da ordem de classificação no processo de licitação.

8.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026.

8.4. No caso de ITEM (NS) e/ou GRUPO (S) com participação EXCLUSIVA A ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP, não poderá ultrapassar mais que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) do total de ITEM (NS) e/ou GRUPO (S), conforme jurisprudência do TCU e legislação correlata.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado.

9.1.2. Não retirar a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável.

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023. ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior. ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

10.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

10.1.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta.

10.1.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento.

10.1.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

11.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

11.1.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da convocação.

11.1.2. Indicar, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes.

11.1.3. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou que dificulte do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante.

11.1.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato (s) superveniente (s), comprovados (s) e aceito (s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

11.1.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela (s) CONTRATANTE (S) referentes às condições firmadas na presente ARP.

11.1.6. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

11.1.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório.

11.1.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP.

11.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, se houver.

11.1.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I ao Edital.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

EMPRESA:		
CNPJ:	Telefone:	e-mail:
Endereço:		
Representante Legal/CPF:		

(...)

Grupo(s)

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
-------	--	-------	--------	--------	--------	-------	-------------------	-------------------

(...)

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

PROPOSTA DE PREÇOS
(em papel timbrado da empresa)

Ao

Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo Governador “Augusto Franco” – Bairro Capucho, Aracaju/SE

CEP: 49081-020

Protocolo TC nº 001632/2026

Apresentamos proposta de preço para o **Registro de preços para eventual confecção de materiais gráficos personalizados, de forma parcelada, visando atender à demanda do Cerimonial, Escontas e Coordenadoria de Serviços Gerais, todas as unidades integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, conforme modelos (prospectos)**, descrito(s) na tabela abaixo, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**.

Observação: O fornecedor deverá preencher somente o(s) grupo(s) que for(em) participar.

Especificações e quantitativos, conforme quadro abaixo e modelos/prospectos dispostos no Anexo I – Termo de Referência:

GRUPO 1, Confecção de Certificados, Cartões, Envelopes, Convites e Folder - Itens de 1 a 14:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Certificados , com impressão frente e verso, Tamanho A4, em papel opaline, gramatura de 180g, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		439238	464308-9	UND	1.200		
2	Certificados , com impressão frente e verso, tamanho A4, em papel reciclado, gramatura de 250g, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		421390	468445-1	UND	100		
3	Cartão Nominata , em papel linho, gramatura 180g, medindo 15x10 cm, com logomarca do TCE/SE em alto relevo seco, conforme modelo de		293189	464414-0	UND	2.000		

	referência em anexo.							
4	Cartão de Visita , em papel duo design 120g, medindo 10x5cm, 4x4 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		483836	464415-8	UND	1.000		
5	Cartão com Envelope , com cartão em papel couchê fosco 120g, medindo 10,5x10cm, 4x0 cores, envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		396182	464792-0	UND	500		
6	Cartões , em papel couchê, com 120g, impressão 4x0 cores, medindo 10x8cm, para datas comemorativas, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo Tribunal.		352213	464796-3	UND	2.000		
7	Envelope saco personalizado , em papel offset 90g, na cor branco, com logomarca da ESCONTAS e do TCE/SE, medindo 26cm de altura x 36cm de comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		463527	367007-4	UND	1.800		
8	Envelope saco ouro pequeno , com formato 20x28cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.		613260	386310-7	UND	940		
9	Envelope saco ouro médio , com formato 26x36cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.		467345	401857-5	UND	120		
10	Envelope saco ouro grande , com formato 31x41cm, em papel Kraf, gramatura de 90g/m ² , com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo.		467167	386312-3	UND	360		
11	Convite , em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x0 cores, medindo 15x21cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		445564	464797-1	UND	2.000		
12	Convite , em papel couchê fosco 120g, com impressão 4x4cores, medindo 11,3x8cm, com envelope em papel off set azul, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		447035	464901-0	UND	200		
13	Convite , impresso em papel reciclado, com gramatura 250g, medindo 15x21cm, 04 cores, somente na frente, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		293189	468505-9	UND	150		

14	Folder , em papel couchê fosco 120g, medindo 21x29,7cm, 4x4 cores, 2 dobras e laminação fosca, conforme modelo em anexo, arte do Tribunal.		485751	464429-8	UND	1.000		
----	---	--	--------	----------	-----	-------	--	--

	VALOR TOTAL DO GRUPO 1 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 2, Confecção de Caderneta ecológico e Caneta plástica – Itens 15 e 16:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15	Caderneta Ecológica com Caneta , sendo a capa e a contra-capa dura, com gramatura 120g, 4x4 cores, com espiral em metal dourado. Miolo em papel offset 75g, na cor branca, com 40 folhas. Caneta com grip de metal, na cor dourada, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		622289	464675-4	UND	2.200		
16	Caneta em plástico de mola , personalizada, com grip de metal, na cor prata, botão acionador de metal, corpo plástico branco, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, detalhes em prata, tinta azul, Tamanho: 13,7cm x 1,6cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		428122	447723-5	UND	5.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 2 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 3, Confecção de Pastas personalizadas – Itens 17 a 19:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17.	Pasta para certificado , em papel cartão/kraft branco, tamanho 30x21 cm, 4x0 cores, com bolso, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		623869	464309-7	UND	1.600		
18.	Pasta para congresso personalizada, tipo nylon, na cor azul, com zíper e alça, com logo da ESCONTAS, na cor branca, tamanho: 27 cm de altura x 36,8cm de comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		324275	464310-0	UND	2.500		
19.	Pasta com bolso , personalizada, em papel couchê c2s 250g, na cor azul, tamanho: 33cm de altura x 24 cm de comprimento, tamanho do bolso: 10cm de altura x 21cm de comprimento, com logomarca da ESCONTAS, na cor branca, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		448796	464311-9	UND	3.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 3 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 4, Confecção de Placas de PVC e de Homenagens – Itens 20 a 24:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20.	Placa de PVC , em policromia, formato aproximados de 0,50 x 0,50 m e/ou 0,50m de diâmetro, espessura 1mm, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		276461	464423-9	UND	50		
21.	Placa de homenagem , tamanho A4, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		619737	464424-7	UND	30		
22.	Placa de homenagem , tamanho 15x21cm, em aço escovado, acrílico ou vidro. Acondicionada em estojo apropriado com acabamento interno em veludo, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		618630	290495-0	UND	50		
23.	Placa tipo TAGS em PVC , para porta de hotel, medindo 9x16cm, com 1mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		364310	468733-7	UND	50		

24.	Placa Púlpito em PVC , com impressão digital, medindo 60x85cm, com 3mm de espessura, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		276462	464426-3	UND	10		
-----	---	--	--------	----------	-----	----	--	--

	VALOR TOTAL DO GRUPO 4 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 5, Confecção de Crachás – Itens 25 a 27:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
25.	Crachá em PVC , medindo aproximadamente 16,00 x 12,00 cm, com 1mm de espessura, em policromia, 4x0 cores, com tirantes medindo aproximadamente 15mm de largura, em cores diversas e impressão em policromia, com sistema de fixação por mosquetão metálico prateado de boa qualidade, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		624108	464585-5	UND	2.000		
26.	Crachá , em papel offset 240g, tamanho 10x12cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo contratante.		444108	464586-3	UND	2.000		
27.	Crachá , em papel reciclado, 240g, tamanho 14x9,5cm, 4x0 cores, com dois furos, acompanhado de cordão, em cores diversas e impressão em policromia, conforme modelo de referência em anexo e arte a ser designada pelo contratante.		617806	468734-5	UND	1.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 5 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 6, Confecção de Banners e Pannel de Lona – Itens 28 a 30:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
28.	Banner personalizado , em lona vinílica, com impressão fotográfica, medindo 1,20m x 0,90cm (altura x largura), 4 cores, policromia, quantidade média de 20 palavras. Acabamento com perfil(is) de madeira e cordão (ões) de nylon, frente única, 100% polipropileno, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		471854	251992-5	UND	30		
29.	Banner personalizado , com impressão digital em policromia, 4x0 cores, em lona 440g brilhante, medindo 90x120cm, acabamento em madeira e cordão, titulados TCE VAI À ESCOLA e TCE CIDADÃO, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		452346	191482-0	UND	05		
30.	Painel de madeira com lona tensionada, instalado , tamanho, 4,45mx2,85m, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		477590	468737-0	UND	10		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 6 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 7, Confecção de Adesivos – Itens 31 a 37:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
31.	Adesivo de chão instalado , personalizado, em vinil fosco, tamanho 4,45x3,05m, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		486652	464325-9	UND	20		
32.	Adesivo de parede instalado , com impressão digital de aproximadamente 150m² para comunicação visual de eventos, personalizado, em vinil fosco, 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		486653	464326-7	UND	10		
33.	Adesivo “RESERVADO” , impresso no sistema digital, em material adesivo de alta resolução, medindo 40x20cm, 2x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		472085	464327-5	UND	1.000		
34.	Adesivos , com a marca do TCE RESERVADO, medindo 20 x 6cm,		472084	468509-1	UND	100		

	conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.							
35.	Adesivo redondo personalizado , do TCE cidadão, em vinil PVC, formato redondo com 5cm de diâmetro, na cor branco e azul, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, 2x0 e 4x0 cores, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		448574	464679-7	UND	1.000		
36.	Adesivo , em vinílico, tamanho 8x5cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		467640	468739-6	UND	2.000		
37.	Adesivo para veículos , em vinil, colagem interna, medindo 8,2 cm x 6,7cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		607685	467798-6	UND	2.000		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 7 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 8, Confeção de Blocos de Anotações e Rascunho – Itens 38 a 41:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição doS Materias	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
38.	Bloco de anotações , personalizado da ESCONTAS, com capa azul escuro, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em papel acartonado 90g, acabamento espiral de plástico, miolo com 30 folhas em papel offset 75g, com marca d'água, tamanho: 27cm altura x 15,5cm comprimento, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	438852	464684-3		UND	1.000		
39.	Bloco de anotações com autoadesivos e caneta personalizada do TCE vai à Escola , com Bloco de anotações em papel kraft, gramatura 75g, com wire-o, Bloco de folhas brancas pautadas com 70 folhas de 75g, 05 Blocos coloridos autoadesivos com 25 folhas, Bloco amarelo autoadesivo com 25 folhas, tamanho 15cm de altura (verso) 13,7cm de altura (frente) x 9cm de largura, Mini caneta de papelão com acabamentos plásticos e acionamento por clique, suporte de nylon para caneta, tinta da caneta: azul, tamanho caneta: 9cm. Tamanho suporte de nylon: 1cm, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	622289	464686-0		UND	1.500		
40.	Bloco de rascunho , tamanho A5, com marca d'água, capa em papel	471375	464320-8		UND	1.600		

	acartonado em policromia, gramatura 75g, 4x0 cores, miolo em papel alta alvura de 90g, acabamento espiral de plástico, com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.							
41.	Bloco de Rascunho , em papel apergaminhado 75g/m2, na cor branca, no formato 15x21cm fechado, com 50x1 via, miolo colado, com impressão da logomarca TCE/SE, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.	622709	467792-7		UND	81		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 8 (R\$)	
--	------------------------------	--

GRUPO 9, Confeção de Elástico, Ecobag e Pasta em Couro – Itens 42 a 44:

Itens	Especificação do Objeto – Descrição dos Materiais	Marca	Catmat	i-Gesp	Medida	Qtde.	V. Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
42.	Elástico para processo , tipo cinta, confeccionado em elástico branco, medindo 22cm de comprimento (fechado) x 3cm de altura, costura dupla emenda, com impressão do termo TCE/SE na cor preta, letra medindo 1cm de altura, embaladas em pacote com 50 unidades, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		283820	467795-1	PCT	11		
43.	Ecobags - sacola ecológica , personalizada com logomarca do TCE/SE e da ESCONTAS, em policromia. Bolsa em tecido de algodão cru, na cor de algodão cru, medindo 42x43cm, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		629172	464563-4	UND	1.200		
44.	Pastas em couro sintético , na cor preta, medindo 53x35cm formato aberto e 26,5x35cm fechado, com impressão da logomarca do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe ou do Ministério Público de Contas de Sergipe na capa, 1x0 cor, com duas pequenas orelhas, medindo 11,5x10cm, forrada em poliéster ou similar e porta caneta central, conforme modelo de referência em anexo e arte do Tribunal.		477894	396759-0	UND	25		

	VALOR TOTAL DO GRUPO 9 (R\$)	
--	------------------------------	--

Observação: O fornecedor deverá preencher somente o(s) grupo(s) que for(em) participar.

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Composição dos preços: nos preços propostos acima estão consideradas as despesas necessárias à execução dos serviços e/ou fornecimento de materiais, impostos, taxas, fretes, seguros; custos diretos e indiretos; despesas administrativas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, financeiras e quaisquer outras julgadas essenciais ao perfeito cumprimento do objeto da presente licitação.

Prazo de entrega dos produtos: *“Inserir prazo conforme estabelecido no Termo de Referência”.*

Validade de Proposta: *“Inserir prazo de validade não inferior a 60 dias”.*

Pagamento: Nos termos do Edital e do Contrato.

Declaro, expressamente, que estamos de pleno acordo com todos os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação e dos demais Anexos, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaro, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a esse Tribunal, nos termos da legislação em vigor.

Declaro inteira submissão à Legislação em vigor, Lei n.º 14.133/2021, aos termos desta proposta e do Edital deste Pregão.

Dados da Empresa:

Razão Social: _____

CNPJ/CPF: _____

Endereço Completo: _____

Fone: _____

E-mail: _____

Nº Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal da empresa, com nome completo)

Observação 1: Os textos em vermelho são editáveis, pois tais informações deverão ser adaptadas de acordo com a proposta e em conformidade com as regras estabelecidas pelo Aviso e seus anexos.

Observação 2: Este modelo tem por objetivo facilitar o trabalho da empresa licitante, sendo admitidas adaptações que melhor se ajustem à proposta a ser formulada.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

DECLARAÇÃO

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob nº [Número CNPJ], por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) [Nome do Representante Legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [Número da Carteira de Identidade] e do CPF nº [Número do CPF], DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, de 1988, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, bem como não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, os incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, nas condições de aprendiz ().

.....
(Local e data)

.....
(Assinatura do Representante Legal da empresa, com nome completo)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE
RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026
PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

DECLARAÇÃO

A _____, CNPJ nº. _____ declara, sob as penas da lei e em cumprimento ao disposto no art. 63, IV, da Lei 14.133/2021, que atende as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.

.....
(Local e data)

.....
(Assinatura do Representante Legal da empresa, com nome completo)

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

DECLARAÇÃO

A empresa ____, inscrita no CNPJ nº ____, sediada à ____ (endereço completo) __, doravante representada por [nome completo do representante legal] ____, inscrito no CPF/MF sob nº ____, DECLARA, para os fins devidos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no Art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

.....

(Local e data)

.....

(Assinatura do Representante Legal da empresa, com nome completo)

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

DECLARAÇÃO

NOME DA EMPRESA _____ CNPJ OU CIC _____ SEDIADA _____

(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....

(Local e data)

.....

(Assinatura do Representante Legal da empresa, com nome completo)

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROTOCOLO TC N º: 001953/2026

DECLARAÇÃO

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob nº [Número CNPJ], por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) [Nome do Representante Legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [Número da Carteira de Identidade] e do CPF nº [Número do CPF], DECLARA para fins do disposto no inciso IV do art. 96 do Decreto Estadual nº. 342, de 28 de junho de 2023, e em conformidade com o previsto no inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, de 1988, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

.....
(Local e data)

.....
(Assinatura do Representante Legal da empresa, com nome completo)